

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log-In Logística Intermodal S.A. e suas controladas (“Log-In” ou “Companhia”) são prestadoras de serviços marítimos de cabotagem e longo curso (Mercosul), além de operarem terminais terrestres e portuários no Brasil.

A Companhia oferece soluções logísticas integradas (“one stop shop”) para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta, ou seja, por meio marítimo complementado pela ponta rodoviária, bem como armazenagem de carga em terminais portuários. A Companhia possui sete navios próprios em operação até 30 de setembro de 2021 (seis navios 30 de setembro de 2020).

A Log-In (“Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro e tem seus títulos negociados na bolsa de valores de São Paulo - B3 S.A. - sob o código LOGN3.

2. DESTAQUES

A Administração destaca a seguir alguns assuntos importantes ocorridas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 nesta divulgação:

- Assinatura do contrato para arrendamento da área nº 5 do porto organizado de Vitória

No dia 14 de abril de 2021, a controlada da Companhia, TVV - Terminal de Vila Velha S.A. (“TVV”), assinou o contrato nº 04/2021 SEI 50904.100300/2021-15, em decorrência do êxito no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2020, organizado pela Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (“CODESA”), para exploração provisória da área nº 5 do Porto Organizado de Vitória/ES.

O projeto em questão compreende a exploração transitória de uma área de 54.086 m² pelo prazo de 180 dias, onde a referida controlada movimentará carga geral (veículos), reforçando a sua participação no Porto Organizado de Vitória/ES e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes.

- 4ª Emissão de debêntures

Em reunião realizada em 27 de abril de 2021, o Conselho de Administração aprovou a realização de sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, valor nominal unitário de R\$10 e total de R\$340.000 na data de emissão, com prazo de vencimento de 06 (seis) anos contados da data de sua emissão.

Em 13 de maio de 2021 foi concluída a liquidação da 4ª Emissão de Debêntures (“Emissão” ou “Debêntures”), para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A Emissão foi no montante de R\$340 milhões, com vencimento em 6 anos e remuneração correspondente à atualização monetária pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário de 1 (um) dia, expressa na forma percentual ao ano, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) de 4,00% (quatro inteiros por cento) ao ano.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com essa Emissão foram destinados, no dia 13 de maio de 2021, ao pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados a financiamentos que tinham seus vencimentos programados para 2023, bem como os de sua controlada TVV - Terminal Vila Velha S.A. (“TVV”), alongando o prazo da dívida até 2027.

- Fitch eleva rating da Log-In em 2 (dois) notches para ‘A(bra)’

Em 12 de julho de 2021, a *Fitch Ratings* (“Fitch”) elevou o *rating* nacional de longo prazo da Log-In para ‘A(bra)’, apresentando um aumento de 2 (dois) notches, tendo sido previamente BBB+(bra). A perspectiva do *rating* é Estável.

De acordo com o relatório da Fitch: “A elevação do rating reflete a resiliência no desempenho operacional da Log-In, acima do esperado pela agência, em meio ao desafiador ambiente de negócios durante a pandemia de coronavírus. A companhia tem apresentado geração de caixa operacional superior às expectativas incorporadas ao rating. Estes fatores, combinados à melhora de seu perfil financeiro, após o alongamento de importante parcela de sua dívida, fortalece o crédito e posiciona a companhia favoravelmente para o novo ciclo de investimentos.”.

A Fitch acrescenta que “O rating também está vinculado à expectativa de que a Log-In continuará adicionando capacidade às suas operações, mantendo uma conservadora estrutura de capital e adequada liquidez, ao longo do horizonte do rating.”.

■ Recebimento da Carta de Oferta Pública para Aquisição de Controle e deliberações

Em 15 de setembro de 2021, a Log-In recebeu uma carta na qual a Sas Shipping Agencies Services Sàrl, subsidiária integral da MSC Mediterranean Shipping Company S.A. (“MSC”) informa que apresentou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE o pedido de autorização para adquirir, por meio de uma oferta pública para aquisição de controle a ser lançada futuramente, ações representativas de até 67% do capital social da Companhia, observados os termos e condições ali descritos.

A carta foi recepcionada Alaska Investimentos Ltda. (“Alaska”) em 17 de setembro de 2021, uma vez que a Alaska na qualidade de gestora de veículos de investimentos titulares de ações de emissão da Companhia é detentora de 45,37% das ações da Companhia em circulação. No mesmo dia, a Alaska comunicou, que aceitou as condições da oferta a ser futuramente lançada pela Sas Shipping Agencies Services Sàrl, subsidiária integral da MSC.

O Conselho de Administração da Companhia deliberou em 20 de setembro de 2021, com base na recomendação dos seus assessores externos e considerando ainda a manifestação favorável encaminhada à Companhia pelo seu maior acionista, autorizar a Diretoria a (i) cooperar com os pedidos de informação necessários à análise pelo CADE da transação proposta pela Sas Shipping Agencies Services Sàrl, subsidiária integral da MSC, conforme descrita na carta encaminhada pela MSC à Companhia (“Carta MSC”); (ii) prestar aos representantes da MSC esclarecimentos sobre as informações públicas divulgadas pela Companhia, sempre observado, no interesse da Companhia, o dever de sigilo e as políticas e práticas da Companhia sobre tratamento de informações relativas aos negócios da Log-in; (iii) prosseguir com a execução do plano de negócios da Log-in em regime ordinário; e, então (iv) firmar a Carta MSC.

A carta, assim como a comunicação com a Log-In e Alaska foram divulgadas na CVM e podem ser acessadas no site de Relações com Investidores da Companhia através do canal de “Informações aos Investidores”.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

3.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. Essas informações financeiras intermediárias foram elaboradas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Trimestrais - ITR.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras intermediárias individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 BASE DE ELABORAÇÃO

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Os conselheiros têm, na data de aprovação das informações financeiras intermediárias, total expectativa de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das informações financeiras intermediárias.

3.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, com arredondamento quando aplicável, exceto quando indicado de outra forma.

Para as controladas do exterior que atuam em ambiente econômico estável e possuem moeda funcional distinta da Controladora (Reais), as demonstrações do resultado são convertidas para Reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Para a controlada Log-In Mercosur, que atua em ambiente de economia hiperinflacionária (Argentina), os demonstrativos financeiros foram preparados pela administração daquela investida na moeda funcional daquele país e posteriormente convertidos para a moeda de apresentação da controladora utilizando os preceitos previstos pelo CPC 42 - Contabilidade em economia hiperinflacionária (IAS 29).

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas, com moeda funcional distinta da Controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado quando da alienação dos investimentos.

3.4 BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 30 de setembro de 2021. Outras informações sobre as controladas da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 11.

O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o seu controle e termina quando o perde. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle e até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as informações financeiras intermediárias das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do grupo são eliminados nas informações financeiras intermediárias consolidadas.

As participações minoritárias em controladas são identificadas separadamente da participação da Companhia nessas controladas. O valor contábil das participações minoritárias corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das participações minoritárias.

3.5 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

A atividade de negócio da Companhia consiste em soluções logísticas integradas (“one stop shop”) para movimentação e transporte de contêineres porta-a-porta. Com vistas a proporcionar a intermodalidade aos clientes (solução de transporte porta-a-porta), a Companhia disponibiliza serviços de transportes marítimos, rodoviários de curta distância, terminais terrestres, terminais portuários e armazenagem.

Os ativos da Companhia atuam de forma integrada, sendo seus resultados interligados e interdependentes. As informações reportadas ao Presidente da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho da Companhia considera essa intermodalidade dos serviços prestados como um único segmento operacional.

3.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (“DFC”)

A Companhia classifica na demonstração dos fluxos de caixa os juros pagos e os mútuos obtidos como atividade de financiamento, os mútuos concedidos como atividade de investimento e os dividendos recebidos como atividade operacional. Sendo assim, a Companhia entende que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros, os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais, os mútuos obtidos são úteis para prever as exigências sobre futuros fluxos de caixa, bem como para gerir sua capacidade financeira, utilizando recursos externos com objetivo de financiar as atividades operacionais e de financiamento e os mútuos concedidos representam aumento e/ou diminuição dos ativos de longo prazo (não circulantes) que a empresa utiliza para produzir bens e serviços.

3.7 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras intermediárias individuais e como informação suplementar às informações financeiras intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.8 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas informações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas. Essas práticas contábeis são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores apresentadas para fins de comparação.

a) IFRS/CPC novas e alteradas em vigor no exercício corrente

A partir de 1º de janeiro de 2021, estão vigentes as seguintes novas normas e alterações:

- Alterações ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 - Reforma da Taxa de Juros de Referência (2ª fase);
- IFRS 17 - Contratos de Seguros.

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas informações intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2021 e períodos comparativos. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da substituição da taxa *Libor*, prevista a ser extinta no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021, por outra taxa referencial alternativa sobre os seus ativos e passivos monetários.

b) IFRS/CPC novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

- IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;
- Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes;
- Alterações à IFRS 3 - Referência à Estrutura Conceitual;
- Alterações à IAS 16 - Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido;
- Alterações à IAS 37 - Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020 - Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 41 - Agricultura.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

A preparação das informações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas informações financeiras estão apresentados nas seguintes notas explicativas:

Estimativas e julgamentos contábeis críticos	Nota explicativa
Mensuração das perdas de crédito esperadas ("PCE")	6
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	10
Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	10
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	12
Premissas para testes de recuperabilidade de ativos imobilizados	12
Taxa de desconto incremental utilizada para mensurar as obrigações com arrendamentos	14
Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências	17
Receitas altamente prováveis sujeitas à relação de <i>hedge accounting</i>	18
Remuneração baseada em ações	20

▪ COVID-19

No final de 2019 os casos de coronavírus ("COVID-19") foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de vários países impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Ato contínuo, o Governo Brasileiro estabeleceu que alguns serviços essenciais não poderiam paralisar suas operações durante o período de crise e isolamento social provocado pela pandemia, dentre estes estão enquadrados os serviços de logística. Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando com todas as suas embarcações e terminais, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

A Companhia obteve sucesso na execução do seu plano definido para o período de pandemia, sendo os principais resultados e ações tomadas pela Administração a seguir descritas para o período findo em 30 de setembro de 2021:

- A receita líquida acumulada em 30 de setembro de 2021 no montante de R\$1.009.101 superou em 25% a realizada no mesmo período do ano anterior (R\$804.386);
- A variação cambial acumulada em 30 de setembro de 2021 teve impacto contábil relevante, porém com reduzido efeito caixa. Adicionalmente, adotamos o *hedge accounting* a partir de 01 de março de 2021, conforme nota explicativa nº 18, controlando contabilmente os efeitos cambiais dos instrumentos financeiros protegidos no patrimônio líquido em conta específica;
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas;
- Não houve aumento relevante em relação à inadimplência dos clientes, principalmente os de grande porte;
- Estamos preservando os recursos do “Follow-on” realizado em 2019, pois acreditamos que em épocas de crises como na atual pandemia, a disciplina financeira e a consequentemente preservação do caixa são extremamente importantes para a evolução saudável dos negócios, e neste contexto estamos reavaliando o nosso projeto de crescimento em função dos desdobramentos da crise econômica provocada pela pandemia COVID-19;
- Não tivemos impactos negativos na cadeia logística até 30 de setembro de 2021. A capacidade de atendimento foi mantida na navegação, com todos os navios operando normalmente. No rodoviário não perdemos capacidade de atendimento/disponibilidade; e
- Durante as operações do mês subsequente findo em 31 de outubro de 2021 (período não revisado pelos nossos auditores independentes), os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas informações financeiras intermediárias.

Um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança, dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. Seguem as principais medidas já adotadas pela Companhia:

- Criação de Comitê de Crise com reuniões diárias e acompanhamento semanal com a liderança;
- Aplicação do Home Office para as atividades administrativas;
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais;
- Disponibilização de apoio psicológico para os colaboradores de forma *on-line*;
- Disponibilização de boas práticas ligadas a gestão da emoção, ergonomia, gerenciamento de tarefas e administração do tempo para os colaboradores da organização;
- Realização de desinfecção nos terminais;
- Aplicação de vacina contra gripe H1N1 nos terminais;
- Disponibilização de máscara para os colaboradores;
- Aplicação do teste rápido para a tripulação ao realizar a troca de turma dos navios.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem *impairment* de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas informações financeiras intermediárias encerradas em 30 de setembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de seus colaboradores e de terceiros, além dos seus ativos, bem como preservando sua liquidez visando o compromisso de pagamentos de seus passivos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

■ Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa, mensurados a valor justo por meio do resultado, compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor.

As aplicações financeiras são inicialmente mensuradas a valor justo e subsequentemente de acordo com as suas respectivas classificações:

- Custo amortizado: fluxos de caixa que constituem o recebimento, em datas especificadas, de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e o modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: títulos nos quais a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes;
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais títulos e valores mobiliários.

■ Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Caixa e bancos	42.101	26.152	6.601	4.939
Aplicações financeiras	54.453	75.185	47.451	60.897
	96.554	101.337	54.062	65.836

As aplicações financeiras referem-se principalmente a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 106,6% do CDI e em debêntures compromissadas vinculadas a CDI, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 79% do CDI.

■ Composição das aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Custo amortizado	856	3.878	-	2.722
Valor justo por meio do resultado	459.542	608.334	440.856	608.334
	460.398	612.212	440.856	611.056
Circulante	459.542	608.334	440.856	608.334
Não circulante	856	3.878	-	2.722

As aplicações financeiras referem-se principalmente a investimentos em CDB, com uma taxa média de remuneração de aproximadamente 104% do CDI (105% em 31 de dezembro de 2020).

Parte substancial dessas aplicações financeiras, no montante de R\$459.542, são oriundas dos recursos da emissão de ações realizada pela Companhia no exercício de 2019 e serão destinadas a expansão estratégica da Companhia. Sendo assim, no julgamento da administração estas não atendem aos critérios de equivalentes de caixa definidos no item 7 do CPC 03(R2).

O saldo de aplicações financeiras no “não circulante” refere-se ao colateral dado em garantia na operação de contratação de cartas fianças, junto ao Banco Daycoval, para garantia de processos judiciais.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

Contas a receber de clientes representam os valores a receber pelos serviços prestados pela Companhia. O contas a receber é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao mensurar a Perdas de Crédito Esperadas (“PCE”) a Companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A perda por inadimplência é uma estimativa da perda resultante da não concretização do efetivo pagamento pelos seus clientes. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE, que é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. O histórico de perdas de valores a receber de clientes é inferior a 1% da receita anual.

A Companhia constituiu provisão (PCE) para todas as contas a receber glosadas e valores decorrentes de serviços adicionais (custos extras) vencidos há mais de 180 dias, uma vez que a experiência histórica indicou que essas contas a receber em geral não são recuperáveis.

Composição

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Contas a receber de clientes	229.253	211.955	167.768	142.973
Provisão para perdas de crédito esperadas	(9.001)	(7.014)	(8.812)	(6.887)
	220.252	204.941	158.956	136.086

“Aging list” do contas a receber de clientes	Consolidado		Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Valores a vencer	168.335	166.282	120.229	106.339
Valores vencidos:				
De 0 a 30 dias	22.115	17.188	15.391	10.447
De 31 a 90 dias	11.331	6.262	8.904	6.120
De 91 a 180 dias	13.467	11.913	10.350	10.095
De 181 a 360 dias	9.195	6.829	8.669	6.764
Acima de 360 dias	4.810	3.481	4.225	3.208
	229.253	211.955	167.768	142.973

Movimentação das perdas de crédito esperadas	Consolidado		Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Saldo inicial	(7.014)	(11.393)	(6.887)	(7.905)
Adições e Reversões	(1.996)	2.570	(1.934)	2.456
Baixas (reversões) em contas a receber	9	1.809	9	(1.438)
Saldo final	(9.001)	(7.014)	(8.812)	(6.887)

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

■ Composição

As principais transações da Companhia com partes relacionadas são oriundas de prestação de serviços com empresas controladas relacionadas na nota explicativa nº 11.

	Controladora			
	30.09.2021		31.12.2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Terminal de Vila Vella S.A. (a)	2.826	62.809	14.075	70.682
Log-In Mercosur (b)	3.533	8.741	9.463	9.855
Log-In International GmbH. (c)	75.617	10.577	71.027	4.169
Log-In Uruguay (d)	326	803	269	808
Log-In Navegação (e)	6.763	2.083	7.140	11.580
Log-In Marítima (f)	4.815	11.396	18.169	13.185
	93.880	96.409	120.143	110.279
Circulante	18.265	59.743	49.115	61.050
Não circulante	75.615	36.666	71.028	49.229

Os saldos ativos com partes relacionadas referem-se, basicamente, às seguintes transações:

- Compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$1.118 e reembolso de despesas no valor de R\$1.708, transações essas sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- Serviço de frete no valor de R\$640, R\$2.682 de serviço de limpeza de contêiner e reembolso de despesas no valor de R\$211, transações essas sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- Mútuos concedidos no montante de R\$75.617 correspondente a US\$13.901, com encargos equivalentes a 2% a.a. mais taxa libor, com vencimento em 31 de dezembro de 2026.
- Valores a receber junto a Log-in Uruguay decorrentes de reembolsos de despesas administrativas, transações essas sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- Valores a receber decorrentes do compartilhamento de despesas administrativas no valor de R\$1.048 e reembolso de despesas no valor de R\$5.715, transações essas sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- Compartilhamento de despesas administrativas no montante de R\$933, conta corrente com controlada referente a despesas com embarcação Log-In Polaris no valor de R\$3.882

Os saldos passivos com partes relacionadas referem-se, basicamente, às seguintes transações:

- Mútuos no montante de R\$36.666, com encargos equivalentes a 104% do CDI e valores a pagar no montante de R\$26.143 referente a movimentação de carga e descarga de contêineres, sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- Serviços de operações portuárias no valor de R\$7.548, comissão de vendas no valor de R\$162 e R\$1.031 de reembolsos de despesas, sem incidência de juros e prazo de vencimento.
- Valores a pagar referentes a afretamento de embarcação com a controlada, sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- Reembolso de despesas administrativas, sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- Valores a pagar referente ao afretamento embarcação com a controlada no montante de R\$2.083, sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.
- Valores a pagar referente ao afretamento embarcação com a controlada, no montante de R\$11.396 sem a incidência de juros/atualização e prazo de vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



As transações com partes relacionadas registradas no resultado de 2021 e comparativos de 2020 da Companhia totalizam os montantes discriminados abaixo:

	3T21		3T20		9M21		9M20	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Log-In Navegação	-	(3.782)	122	(3.951)	-	(11.704)	140	(13.364)
Log-In International GmbH	416	(10.468)	383	(3.946)	1.245	(14.122)	1.009	(3.946)
Terminal de Vila Velha S.A.	-	(1.549)	-	(1.594)	3	(4.129)	-	(4.407)
Log-In Uruguay	-	(9)	-	-	-	(9)	-	-
Log-In Mercosur S.R.L.	291	(109)	180	(80)	374	(178)	391	(564)
Log-In Marítima	-	(4.942)	-	(4.907)	-	(14.285)	-	(16.773)
	707	(20.861)	685	(14.478)	1.622	(44.426)	1.540	(39.054)

	3T21		3T20		9M21		9M20	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Fretes e serviços	(83)	(20.668)	302	(14.739)	3	(43.696)	531	(37.970)
Receitas Financeiras	790	-	383	-	1.619	-	1.009	-
Despesas Financeiras	-	(197)	-	261	-	(730)	-	(1.084)
	707	(20.860)	685	(14.478)	1.622	(44.426)	1.540	(39.054)

O saldo de mútuo com a controlada TVV teve a seguinte movimentação no período:

	Saldo em 31/12/2020	Captação, líquida IOF	Juros incorridos	Pagamento de mútuos	Saldo em 30/09/2021
Mútuo com controlada	49.229	72.756	729	(86.048)	36.666

O saldo de mútuo a receber com a controlada Log-In International GmbH teve a seguinte movimentação no período:

	Saldo em 31/12/2020	Encargos financeiros e variação cambial	Pagamento de mútuos	Saldo em 30/09/2021
Mútuos com controladas	71.028	4.587	-	75.615

A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo benefícios de curto e longo prazos, está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado				Controladora			
	3T21	3T20	9M21	9M20	3T21	3T20	9M21	9M20
Remuneração e bônus	2.162	2.166	9.260	16.393	2.162	2.166	9.260	16.393
Plano de opção de ações	1.049	4.002	3.516	17.311	1.049	4.002	3.516	17.311
	3.211	6.168	12.776	33.704	3.211	6.168	12.776	33.704

8. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Composição

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Imposto e renda e contribuição social (a)	22.112	321	5.509	194
PIS e COFINS	25.792	21.032	12.698	7.842
PIS e COFINS - Armadores estrangeiros (b)	12.334	37.045	-	-
PIS e COFINS - Exclusão de ICMS da base de cálculo (c)	44.528	-	44.528	-
Contribuição salário educação	-	3.099	-	-
Outros	2.818	4.646	1.854	3.567
	107.584	66.143	64.589	11.603
Circulante	68.730	49.363	25.735	11.603
Não circulante	38.854	16.780	38.854	-

- (a) Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento do recurso extraordinário nº 1063187, com repercussão geral, decidiu que é inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a receita correspondente à Selic devida na recuperação de créditos fiscais recolhidos indevidamente pelo contribuinte, fixando a tese de que "É inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário" (Tema 962, STF). O julgamento de mérito se deu de forma unânime, não havendo pontos relevantes de dúvida sobre a aplicação do precedente e o histórico recente do STF sobre a modulação dos efeitos de decisões em repercussão geral indica que o direito à restituição é garantido aos contribuintes que ingressaram com a ação antes da data do referido julgamento. A Companhia e sua controlada TVV – Terminal de Vila Velha S.A. ingressaram com mandados em período anterior ao julgamento do recurso extraordinário nº 1063187 pelo STF.

Com base nos fatos acima, a Companhia reavaliou a expectativa de desfecho da discussão tributária, concluindo, na forma do ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro / IFRIC 23 que é provável que o tratamento fiscal de exclusão dos valores da Selic devidos na recuperação de créditos tributários de IRPJ e CSLL recolhidos indevidamente sejam aceitos pela fiscalização, garantindo o respectivo reconhecimento contábil na sua controlada TVV no montante total de R\$15.432, sendo R\$11.347 de IRPJ e R\$4.085 CSLL, ambos os créditos referentes a pagamentos de tributos indevidos, em contrapartida do imposto de renda e contribuição social corrente do resultado do período findo em 30 de setembro de 2021.

- (b) Refere-se a valores a recuperar em sua controlada TVV decorrentes de contribuições sociais (PIS e COFINS) sobre serviços prestados para armadores estrangeiros. A Companhia e sua controlada TVV vêm realizando estudos e análises sobre os efeitos tributários incidentes sobre suas operações, notadamente no que tange às contribuições sociais PIS/COFINS. Tais tributos a recuperar decorreram de indébitos fiscais.
- (c) Refere-se a valores a recuperar decorrentes de contribuições sociais (PIS e COFINS) oriundas da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, destacado em nota fiscal, com base no Processo 0022150-93.2006.4.02.5101 ajuizado pela Log-In em 17 de novembro de 2006. No Mandado de Segurança os pedidos apresentados visavam (i) que lhe seja assegurado o direito de não mais incluir os montantes relativos ao ICMS nas bases de cálculo das contribuições PIS/COFINS; e (ii) que seja reconhecido o direito à compensação dos valores recolhidos nos 5 (cinco) anos que precederam ao ajuizamento da ação, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, devidamente atualizados pela taxa SELIC.

Em relação a essa matéria, em 15/03/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a favor dos contribuintes, fixando a tese de que O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS. Em 13/05/2021, o STF julgou um recurso apresentado pela União no referido processo esclarecendo que é o ICMS destacado na nota fiscal que deve ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS, e modulando os efeitos para restringir a decisão apenas às empresas que tiverem ajuizado ações sobre a matéria até o dia 15/03/2017.

No segundo semestre de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado de decisão favorável do Tribunal Regional Federal da 2ª Região ("TRF2") que aplicou o mesmo entendimento fixado pelo STF no Mandado de Segurança da Companhia, garantindo o direito ao crédito tributário e seu respectivo reconhecimento contábil no montante total de R\$44.528, sendo R\$26.883 de principal e R\$17.645 de atualização monetária registrados em contrapartida do resultado do período findo em 30 de setembro de 2021.

9. ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - "AFRMM"

■ Política contábil

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-lei nº 2.404/1987 e disciplinado pela Lei nº 10.893/2004. Com as alterações trazidas pelas Leis nº 12.599/2012 e 12.788/2013, a administração das atividades relativas à cobrança, fiscalização, arrecadação, restituição e ressarcimento do AFRMM passou a ser de responsabilidade da Receita Federal do Brasil (RFB).

O AFRMM destina-se a atender aos encargos da intervenção da União no apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval brasileira e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A Companhia aufere 10% sobre o valor do frete de cabotagem de seus clientes, cujos montantes podem apenas ser utilizados na construção, docagem, reparos, manutenção das embarcações e amortização de financiamentos concedidos para aquisição de embarcações.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita subvencionada na demonstração do resultado, a contrapartida do benefício registrado no ativo é registrada em conta específica do passivo da Companhia.

O benefício do AFRMM é reconhecido no ativo e passivo circulantes quando da liberação para a conta vinculada dos recursos a receber do Fundo da Marinha Mercante - FMM, bem como os valores a receber do FMM referentes às amortizações de financiamentos efetuados com recursos próprios da Companhia.

Os valores de AFRMM registrados no passivo são reconhecidos no resultado quando da amortização dos financiamentos à medida que ocorre o cumprimento das obrigações previstas na legislação específica.

As subvenções para investimento não estão sujeitas à tributação, devendo ser registradas como reservas de lucros até o limite do lucro líquido do exercício, conforme nota explicativa nº 18. O valor apropriado em reservas de lucros será tributado na forma do lucro real caso seja dada destinação diversa da prevista na legislação vigente a essa subvenção.

■ Composição

	Consolidado e Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020
Balanco patrimonial - Ativos:		
AFRMM a aplicar (parcela liberada)	19.896	15.688
AFRMM a aplicar	19.808	16.030
	39.704	31.718
Circulante	19.896	15.688
Não circulante	19.808	16.030

A movimentação dos recursos oriundos do AFRMM registrados pela Companhia nas informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2021, está assim demonstrada:

	Consolidado e Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020
Saldo inicial	31.718	27.914
Adições/receita	42.337	49.354
Transferência para conta corrente	(30.054)	(45.432)
Direitos econômicos do precatório (a)	(4.016)	-
Outros	(281)	(118)
Saldo final	39.704	31.718

- (a) Em março de 2006, a Companhia ajuizou ação por meio da qual questionou judicialmente o indeferimento pelo Departamento da Marinha Mercante (DMM) de pedidos de ressarcimento de AFRMM referentes aos anos de 2004 a 2006. Em junho de 2018, foi proferida decisão favorável à Log-In com o reconhecimento do direito ao ressarcimento do AFRMM referente a estes pedidos com determinação para pagamento dos ressarcimentos direto na conta vinculada da empresa. Ocorre que a União Federal, por meio da Advocacia Geral da União - AGU, ajuizou ação rescisória questionando a decisão favorável à Log-In, sob argumento de que o pagamento deveria se dar pela sistemática de precatórios, pedido acolhido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª região. Nessa ocasião, a União reconheceu como devido o ressarcimento no valor de R\$28.541, permanecendo em discussão o valor de R\$3 milhões.

Em maio de 2019, foi expedido o precatório no valor atualizado de R\$29.144, reconhecido como devido pela União Federal. Considerando a previsão de que os precatórios expedidos até dezembro de 2019 somente seriam pagos a partir do segundo semestre de 2020, a Companhia cedeu os direitos econômicos do precatório, recebendo do adquirente dos direitos econômicos o montante de R\$20.984 em maio de 2019, reconhecendo uma perda de R\$8.160 nessa operação.

Em julho de 2021, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região determinou o pagamento do valor remanescente do AFRMM judicializado, determinando o pagamento imediato de R\$4 milhões.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

■ Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos e créditos fiscais sejam utilizáveis, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

A existência de lucro tributável futuro base do registro contábil do ativo fiscal diferido em 30 de setembro de 2021 baseia-se em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Esse processo de análise técnica e aprovação é efetuado anualmente pela Companhia.

■ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidas considerando premissas e fluxos de caixa projetados preparados pela Administração. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável futuro projetado, baseado no planejamento de movimentação de containers e cargas, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos tais como taxas de câmbio, taxas de inflação e juros; e (iii) aspectos comerciais e tributários, esses quando alterados.

Além disso, a Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as informações financeiras intermediárias consolidadas. A Log-In e suas controladas estão sujeitas a revisões das declarações de imposto de renda e de outros impostos e, portanto, podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão de diferenças na interpretação das leis e regulamentos tributários aplicáveis.

■ Reconciliação do Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro (CSLL)

	Consolidado				Controladora			
	3T21	3T20	9M21	9M20	3T21	3T20	9M21	9M20
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	55.924	11.858	81.364	(107.699)	62.024	5.174	67.973	(128.155)
Crédito (despesas) IRPJ e CSLL à alíquota efetiva (34%)	(19.014)	(4.032)	(27.664)	36.618	(21.088)	(1.759)	(23.111)	43.573
Ajustes:								
Receitas subvenções fiscais (AFRMM aplicado)	5.819	4.815	14.395	11.988	5.819	4.815	14.395	11.988
Resultado de equivalência	-	-	-	-	12.228	5.719	21.357	6.912
Créditos sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	(7.585)	(9.949)	(23.044)	(72.176)	(8.022)	(5.987)	(16.738)	(51.224)
Indébitos fiscais (PIS e COFINS) compensados	-	(2.045)	-	(5.781)	-	-	-	-
Arredamento Mercantil - CPC 06 (R2)	(2.309)	(175)	(211)	(6.711)	(2.229)	(820)	(119)	(7.086)
Atualização monetária sobre tributos recuperados	22.835	-	22.835	-	7.404	-	7.404	-
Reconhecimento de saldo negativo	-	-	-	1.023	-	-	-	1.023
Crédito presumido de ICMS	1.235	-	3.133	-	1.153	-	2.909	-
Diferenças temporárias não reconhecidas anteriormente	2.769	8.773	2.769	16.708	2.769	-	2.769	-
Outros	591	(193)	2.961	5.676	177	1.898	(358)	2.579
Imposto de renda e contribuição social no resultado	4.341	(2.806)	(4.826)	(12.655)	(1.789)	3.866	8.508	7.765
Corrente	2.133	(9.143)	(12.658)	(17.703)	(368)	(483)	(827)	540
Diferido	2.208	6.337	7.832	5.048	(1.421)	4.349	9.335	7.225

■ Composição

Impostos diferidos	Consolidado		Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Balanco patrimonial - ativo (líquido):				
Prejuízos fiscais e bases negativas	190.397	190.397	171.074	171.074
Diferenças temporárias (a)	57.650	48.567	50.008	41.641
	248.047	238.964	221.082	212.715
Balanco patrimonial - passivo (líquido):				
Diferenças temporárias (b)	13.259	10.851	-	-
	13.259	10.851	-	-

- (a) Diferenças temporárias ativas relacionadas, basicamente, às provisões operacionais e administrativas, provisões para riscos e variação cambial tributadas pelo regime de caixa.
- (b) Diferenças temporárias passivas relacionadas, basicamente, a recuperação (outras receitas) de indébitos fiscais tributadas conforme compensação dos créditos e depreciação acelerada de embarcação.

A expectativa de realização desses créditos fiscais diferidos ativos conforme estudo aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia na data base de 31 de dezembro de 2020 e atualizado pelas diferenças temporárias ocorridas até 30 de setembro de 2021, está demonstrada conforme quadro abaixo:

Ano	Consolidado	Controladora
	30.09.2021	30.09.2021
2021 (3 meses)	5.926	4.260
2022	8.728	6.551
2023	12.184	10.122
2024	20.985	18.607
2025	25.256	22.763
2026-2028	93.890	84.640
2029-2030	81.078	74.139
	248.047	221.082

As principais premissas do Estudo Técnico (Plano de Negócios) são:

- Premissas operacionais e econômicas que levaram em consideração uma operação com uma frota de sete embarcações próprias, trazidas no direito de tonelagem;
- O navio Log-In Polaris, construído em estaleiro chinês, iniciou sua operação em dezembro de 2019 e além de incrementar a receita proporcionou a redução dos custos e das despesas operacionais, em função da sua modernidade e maior capacidade de transporte, acarretando na diluição dos custos fixos. Adicionalmente realizamos duas novas aquisições de embarcações - Log-In Endurance e Log-In Discovery - em 2020 e no 1º trimestre de 2021, respectivamente, como parte da expansão estratégica da Companhia.

As bases e os impostos apresentados a seguir representam os créditos tributários não registrados contabilmente em 30 de setembro de 2021, em função da ausência de perspectiva de realização desses montantes no estudo técnico anual aprovado pelos órgãos de governança.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
IRPJ	790.261	197.565	771.451	192.863
CSLL	790.261	71.123	771.451	69.431
Total		268.688		262.294

11. INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS

■ Política contábil

Nas informações financeiras intermediárias individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. Para fins de mensuração do resultado de equivalência patrimonial, a Log-In e suas controladas utilizam a mesma data base.

■ Composição

Entidades	Atividade principal	Quantidade de quotas/ações	% de participação
Log-In Internacional GmbH (a)	Logística	1	100,00
Log-In Mercosur S.R.L. (b)	Apoio portuário	567.819	94,00 ¹
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (c)	Apoio portuário	100.000	100,00
Log-In Navegação Ltda. (d)	Cabotagem	43.358.717	99,999 ²
Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (e)	Cabotagem	166.511.443	99,999 ²
Terminal de Vila Velha S.A. (f)	Portuária e armazenagem	9.766.706	99,90

1) 6% são detidos pela Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.

2) 0,001% detidos pelo TVV.

a) Log-In Internacional GmbH ("GmbH")

Empresa sediada na Áustria, com atuação no país ou no exterior e propósito de administrar, adquirir, vender ou alugar propriedade real e pessoal em todo o mundo, no campo da logística e especificamente em relação com as empresas do grupo Log-In.

b) Log-In Mercosur S.R.L. ("Log-In Mercosur")

Sociedade sediada na Argentina, com atuação na prestação de serviços de administração e logística, com assessoramento especializado no transporte, distribuição de materiais e equipamentos, por vias aérea, terrestre, marítima ou fluvial; no país ou exterior, além de armazenagem e despacho aduaneiro.

c) Log-In Intermodal Del Uruguay S.A. (“Log-In Uruguay”)

Empresa sediada no Uruguai, com atuação no país ou no exterior, cujo objeto consiste em participar de outras sociedades, assim como realizar e administrar todo tipo de atividades de investimentos em títulos e valores mobiliários, além de compra, venda, aluguel, administração, construção e operações com bens imóveis, exceto bens rurais.

d) Log-In Navegação Ltda. (“Log-NAV”)

Sociedade sediada no Brasil cujo objeto consiste em explorar, com embarcações próprias ou de terceiros, o comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem de longo curso e fluvial, assim como agenciar e armar embarcações, promover a representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades.

e) Log-In Marítima Cabotagem Ltda. (“Log-MAR”)

Empresa sediada no Brasil, com atuação na exploração de embarcações próprias ou de terceiros, no comércio marítimo de transporte de cargas em geral, na navegação de cabotagem, de longo curso e fluvial, no agenciamento e armação de embarcações, na representação comercial, despachos aduaneiros, importação e exportação de cargas, armazenagem, operações de transporte multimodal, operações portuárias e atividades complementares, correlatas ou acessórias, inerentes às suas atividades.

f) Terminal de Vila Velha S.A. (“TVV”)

Empresa sediada no Brasil, que atua como operador portuário na exploração comercial dos berços 203 e 204 do cais de Capuaba, no Porto Organizado de Vitória, Espírito Santo e de suas instalações portuárias complementares e equipamentos destinados a movimentação de contêineres e carga geral, além da operação de transporte multimodal.

Adicionalmente, no início de 2021 o TVV assinou o contrato nº 04/2021 SEI 50904.100300/2021-15, em decorrência do êxito no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2020, organizado pela Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (“CODESA”), para exploração provisória da área nº 5 do Porto Organizado de Vitória/ES pelo prazo de 180 dias, onde a subsidiária TVV movimentará carga geral (veículos), reforçando a sua participação no Porto Organizado de Vitória/ES e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes.

■ **Movimentação financeira das sociedades controladas**

	30.09.2021				31.12.2020			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do período	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo) do período
Log-In Internacional GmbH	263.982	93.040	170.942	6.857	136.606	87.078	49.528	(562)
Log-In Mercosur S.R.L.	26.141	7.577	18.564	7.647	20.233	12.314	7.919	4.791
Log-In Intermodal Del Uruguay S.A.	2.468	500	1.968	190	1.761	416	1.345	(240)
Log-In Navegação Ltda.	211.681	192.978	18.703	(13.871)	181.715	188.995	(7.280)	11.134
Log-In Marítima Cabotagem Ltda.	191.231	21.407	169.824	3.311	197.400	30.887	166.513	12.503
Terminal de Vila Velha S.A.	338.653	120.644	218.099	59.196	339.249	180.555	158.694	50.358

▪ **Movimentação dos investimentos em sociedades controladoras**

	GmbH	Log-In Mercosul	Log-In Uruguay	Log-MAR	TVV	Log-NAV	Total
Saldos em 31/12/2019	50.089	5.612	939	40.382	120.297	(48.322)	168.997
Equivalência patrimonial	(7.745)	5.020	65	9.561	36.681	(23.253)	20.329
Aumento de capital	-	-	-	125.077	3	22.509	147.589
Ajustes de conversão	-	562	459	-	-	-	1.021
Saldos em 30/09/2020	42.344	11.194	1.463	175.020	156.981	(49.066)	337.936
AFAC a capitalizar	-	-	-	-	-	6.480	6.480
Saldos em 30/09/2020	42.344	11.194	1.463	175.020	156.981	(42.586)	344.416
Saldos em 31/12/2020	49.528	7.445	1.345	166.513	158.541	(7.279)	376.093
Equivalência patrimonial	6.857	7.188	190	3.311	59.139	(13.871)	62.814
Aumento de Capital	114.557	-	-	-	-	39.487	154.044
Constituição de Reserva	-	3.867	-	-	-	-	3.867
Ganho (perda) <i>hedge</i>	-	-	-	-	-	366	366
Ajustes de conversão	-	(1.050)	433	-	-	-	(617)
Outros	-	-	-	-	117	-	117
Saldos em 30/09/2021	170.942	17.450	1.968	169.824	217.797	18.703	596.684
Investimentos (ativo)	170.942	17.450	1.968	169.824	217.797	18.703	596.684

12. IMOBILIZADO

▪ **Política contábil**

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*).

Os gastos com grandes manutenções (docagem) planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das embarcações são reconhecidos no ativo imobilizado. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do período.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal. Esses itens são depreciados de acordo com a vida útil do ativo imobilizado correspondente.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

▪ **Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas, das perspectivas de suas operacionalidades normais e da manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada, que é de vinte anos.

Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Em 30 de setembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou indicadores de *impairment*.

Composição

	Taxas médias anuais	Consolidado		Controladora	
		30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Bens em operação:					
Embarcações	5%	749.154	628.968	164.571	164.303
Edificações e Instalações	6%	100.625	96.419	10.848	10.589
Máquinas e equipamentos	7%	81.268	79.912	4.577	3.496
Benfeitorias embarcações afretadas	20%	88.702	88.472	80.767	80.767
Móveis e utensílios	10%	8.593	8.533	4.514	4.527
Equipamentos de processamento de dados	20%	41.052	39.515	20.920	20.387
Benfeitorias em imóveis locados de terceiros	10%	14.945	14.849	11.266	11.266
Veículos	20%	453	453	96	96
Outros bens	20%	1.148	1.274	749	747
		1.085.940	958.395	298.308	296.178
Imobilizações em curso		92.537	56.949	26.304	43.993
Imobilizado custo		1.178.477	1.015.344	324.612	340.171
Depreciação acumulada		(434.326)	(381.876)	(174.922)	(157.544)
Imobilizado líquido		744.151	633.468	149.690	182.627

Movimentação

	Consolidado						Controladora	
	Embarcações	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias embarcações afretadas	Demais bens	Imobilizações em curso	Total	Total
Custo								
Saldos em 31/12/2019	558.222	93.209	76.098	82.100	60.358	49.956	919.943	332.395
Adições	69.344	-	-	-	17	26.042	95.403	7.779
Transferências	1.401	3.211	3.814	6.372	4.249	(19.047)	-	-
Saldos em 31/12/2020	628.967	96.420	79.912	88.472	64.624	56.951	1.015.346	340.174
Adições	119.577	-	-	-	-	87.146	206.723	25.357
Transferências	611	4.205	1.356	230	1.566	(7.968)	-	-
Reclassificações	-	-	-	-	-	(9.445)	(9.445)	(6.770)
Baixas	-	-	-	-	-	(34.147)	(34.147)	(34.147)
Saldos em 30/09/2021	749.155	100.625	81.268	88.702	66.190	92.537	1.178.477	324.614
Depreciação acumulada								
Saldos em 31/12/2019	(147.168)	(33.991)	(58.066)	(38.750)	(42.768)	-	(320.743)	(134.030)
Adições	(36.692)	(3.755)	(3.906)	(12.383)	(4.399)	-	(61.135)	(23.517)
Saldos em 31/12/2020	(183.860)	(37.746)	(61.972)	(51.133)	(47.167)	-	(381.878)	(157.547)
Adições	(33.767)	(3.580)	(2.429)	(9.657)	(3.015)	-	(52.448)	(17.377)
Saldos em 30/09/2021	(217.627)	(41.326)	(64.401)	(60.790)	(50.182)	-	(434.326)	(174.924)
Total	531.528	59.299	16.867	27.912	16.008	92.537	744.151	149.690

As principais imobilizações em curso em 30 de setembro de 2021 são:

- R\$54.481 decorrentes de docagens dos navios Log-In Resiliente, Log-In Endurance e Log-In Jatobá.
- R\$18.728 decorrente do Projeto de Renovação do TVV, com aquisição de novos guindastes e empilhadeiras.

Provisão para perdas estimadas com realização de ativos em construção:

Cascos EI 506, EI 507 e EI 508

Em 12 de julho de 2017, a Companhia rescindiu o contrato de construção de 3 (três) embarcações junto ao estaleiro EISA, consequentemente, foi constituída provisão para perdas estimadas com a realização dos referidos ativos líquida do valor da indenização, como segue:

Descrição	Consolidado e Controladora			
	Cascos EI-506, EI-507 e EI-508	Indenização por inadimplemento contratual, a receber	Materiais e equipamentos no estaleiro	Provisão para perdas estimadas
Adiantamentos efetuados ao "EISA"	420.461	(59.632)	(22.236) ^(a)	338.593
Encargos capitalizados	164.335	-	-	164.335
	584.796	(59.632)	(22.236)	502.928

- (a) Em 30 de novembro de 2007, a Log-In celebrou com o EISA Contrato de Construção de Navios sob Encomenda (“Contrato de Construção”), por meio do qual o EISA obrigou-se a “construir, lançar, equipar, montar, testar e entregar para a CONTRATANTE [Log-In], 05 (cinco) navios porta-contêiner de 2.700 (dois mil e setecentos) TEU, feitos de aço (...)”, cujos cascos seriam identificados pelos números EI-504, EI-505, EI-506, EI-507 e EI-508.

Em 2016, o estaleiro entrou em recuperação judicial e paralisou as suas operações sem entregar 3 navios, referentes aos cascos 506, 507 e 508, além de respectivas partes e peças. A Log-In rescindiu o contrato de construção e, em 2017, após a realização de teste de recuperabilidade dos ativos, realizou o lançamento de um saldo residual no ativo imobilizado referente aos valores que, à época, a empresa entendia que teria condições de recuperar do estaleiro. O referido contrato previa que nas hipóteses de inadimplemento pelo estaleiro, a Log-In teria o direito de assumir a posse das partes e peças adquiridas pelo estaleiro com os recursos adiantados pela Cia. no âmbito do contrato de construção ou reverter o valor correspondente em indenização.

A Assembleia de Credores do EISA deveria ter ocorrido no primeiro semestre de 2021, na qual o controlador do estaleiro apresentaria um plano de recuperação crível e que endereçasse o tema das partes e peças, mas isso não ocorreu. Até o momento o EISA não apresentou plano de recuperação judicial com condições factíveis para o pagamento dos credores, dentre eles a Log-In. Em virtude disso, as negociações que vinham sendo mantidas com o EISA para a retirada das partes e peças do estaleiro mostraram-se inviáveis.

O contrato entre a partes previa que, na hipótese de inadimplemento pelo estaleiro, a Log-In poderia optar entre assumir a posse das partes e peças ou converter o valor correspondente em indenização. Nesse contexto e após análise da Administração da Companhia, foi deliberado em reunião de diretoria realizada em 27 de setembro de 2021, a desistência das partes e peças e conversão dos valores correspondentes em indenização. Em paralelo, o processo de RJ do EISA será acompanhado para cobrança dos créditos da Log-In, já habilitados no processo judicial.

Como consequência, no trimestre findo em 30 de setembro de 2021 foi efetuada a baixa deste saldo residual dessa imobilizações em curso, tendo como contrapartida a rubrica de outras despesas operacionais na demonstração do resultado.

Lajes S.A

Em 2013, a Log-In alienou a totalidade das ações que detinha na empresa Lajes S.A. para a empresa SIPASA S.A. por R\$5 milhões e um bônus, em caso de sucesso na implantação e início da operação do terminal de Lajes de R\$23 milhões.

A Log-In detinha um saldo residual de projetos em andamentos no valor de R\$11.878 referente ao projeto de Lajes S.A. e como o terminal não foi implantado e a Log-In não tem mais expectativa de recebimento do bônus de implantação, no trimestre findo em 30 de setembro de 2021 foi efetuada a baixa deste saldo residual dessa imobilizações em curso, tendo como contrapartida a rubrica de outras despesas operacionais na demonstração do resultado, conforme deliberação em reunião de diretoria realizada em 27 de setembro de 2021.

13. INTANGÍVEL

▪ Política contábil

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Composição

	Consolidado	Controladora
	Sistemas	Total
Custo		
Saldos em 31/12/2020	124.437	114.057
Adições	4.624	4.204
Saldos em 30/09/2021	129.061	118.261
Intangível em desenvolvimento	7.438	5.168
Saldos em 30/09/2021	136.499	123.429
Amortização acumulada		
Saldos em 31/12/2020	(100.455)	(93.415)
Adições	(5.602)	(4.875)
Saldos em 30/09/2021	(106.057)	(98.290)
Total	30.442	25.139
Taxa média de amortização	20%	

Os principais intangíveis em desenvolvimento em 30 de setembro de 2021 são:

- R\$4.020 relativos a sistemas de suporte administrativo (*Back Office*) e de emissão de documentação fiscal/operacional;
- R\$2.480 referentes às plataformas comerciais e de relacionamento com clientes.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Política contábil

No início de um contrato, a Companhia avalia se esse instrumento é ou contém um arrendamento mercantil. Um contrato é ou contém um arrendamento quando a Companhia obtém o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período, em contrapartida de uma contraprestação.

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início do contrato, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente amortizado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados à taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia. Esses são classificados como circulante não circulante de acordo com os prazos das contraprestações.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e (iii) preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

Em 22 de setembro de 2020, a controlada TVV assinou aditivo ao contrato de arrendamento portuário de 1998, prorrogando o prazo de arrendamento dos berços 203 e 204 do Cais de Capuaba do Porto de Vitória por mais 25 anos, até setembro de 2048. Este termo aditivo está qualificado à luz do CPC 06 (R2), logo, mensurado e reconhecido como um ativo de direito de uso e uma obrigação com arrendamento mercantil.

As condições, prazos e limites estabelecidos no contrato estão garantidos por meio de carta de fiança contratada junto ao Banco Daycoval S.A., no limite de R\$3,1 milhões, acrescido de variação do IGPM para o período afiançado. Esse montante está disponível no caixa da controlada TVV, pois o contrato não prevê colateral para essa carta de fiança contratada junto à Instituição Financeira.

■ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As taxas incrementais são estimadas a partir da taxa de juros nominal livre de risco, adicionada do prêmio de risco de crédito da Companhia, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, o impacto das garantias, a moeda, o prazo e a data de início de cada contrato.

■ Composição e movimentação dos ativos de direito de uso

	Consolidado						Controladora	
	Equipamento s containers	Imóveis de escritório	Terminais portuários	Imóveis em terminais portuários	Equipamento s portuários	Embarcações	Total	Total
Custo								
Saldo em 31.12.2020	130.524	7.595	81.400	18.785	4.435	33.876	276.615	158.569
Adições	22.157	3.960	-	978	2.426	-	29.521	27.280
Saldo em 30.09.2021	152.681	11.555	81.400	19.763	6.861	33.876	306.136	185.849
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2020	(51.346)	(5.598)	(9.066)	(7.207)	(2.884)	(5.785)	(81.886)	(64.981)
Adições	(22.066)	(2.415)	(1.962)	(2.801)	(2.487)	(1.269)	(33.000)	(28.044)
Saldo em 30.09.2021	(73.412)	(8.013)	(11.028)	(10.008)	(5.371)	(7.054)	(114.886)	(93.025)
	79.269	3.542	70.372	9.755	1.490	26.822	191.250	92.824
Taxas médias de amortização	45,23%	11,21%	3,57%	19,35%	75,00%	5,00%		

■ Composição das obrigações com arrendamento mercantil

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Equipamento de contêineres	91.770	89.242	91.770	89.242
Imóveis de escritório	2.887	2.318	2.887	2.318
Terminal portuário	78.138	72.325	-	-
Imóvel em terminal portuário	4.856	12.771	11.079	12.771
Equipamentos portuários	1.523	1.676	277	871
Embarcações (a)	13.742	15.947	-	-
	192.916	194.279	106.013	105.202

- (a) Em 19 de março de 2018, a controlada Log-In GmbH obteve financiamento junto a instituição financeira londrina (Bairrigg Leasing No.3 Limited), no montante de US\$5.100 (equivalentes em Euros 4.156 e R\$16.260), tendo como garantia a transferência da propriedade da embarcação NV Resiliente para a OCM. O prazo do financiamento é de 5 (cinco) anos, com amortização mensal de US\$60, acrescido de juros anuais "pro rata" pela Libor, conforme contrato pactuado entre as partes e a Controladora.

A Log-In GmbH detém os direitos de uso/operação da embarcação NV Resiliente, operação de "Sale lease back", firmados em contrato de afretamento a casco nu com a Bairrigg Leasing No. 3 Limited. As obrigações financeiras da Log-In GmbH são: (i) amortização da dívida em 5 (cinco) anos, em 60 parcelas fixas mensais, de US\$60 cada; e (ii) pagamento final de US\$1.500 (valor de recompra). Com a amortização total da dívida, no prazo ou de forma antecipada, haverá obrigatoriamente a transferência da propriedade da embarcação de volta para a Log-In GmbH, cujas regras para a recompra antecipada (opcional) ou no final do prazo contratual (obrigatória) estão definidas no referido contrato.

▪ **Movimentação obrigações com arrendamento mercantil**

	Consolidado 30.09.2021	Controladora 30.09.2021
Movimentação		
Saldo em 31.12.2020	194.279	105.202
Adição	29.521	27.280
Juros e variação cambial no período	17.925	10.636
Pagamentos no período	(48.809)	(37.105)
Saldo em 30.09.2021	192.916	106.013
Circulante	41.173	35.601
Não circulante	151.743	70.412

▪ **Cronograma de vencimentos das obrigações com arrendamento mercantil**

	Consolidado 30.09.2021	Controladora 30.09.2021
2021 (3 meses)	11.885	10.131
2022	43.166	37.992
2023	32.966	23.485
2024	10.135	9.399
2025 a 2048	94.764	25.006
Saldo em 30.09.2021	192.916	106.013

▪ **Pagamentos de arrendamentos de curto prazo e ativos subjacentes de baixo valor**

	Consolidado				Controladora			
	3T21	3T20	9M21	9M20	3T21	3T20	9M21	9M20
Despesas arrendamentos de curto prazo e ativos subjacente de baixo valor	4.172	6.108	9.033	16.626	2.308	1.901	5.200	6.920

▪ **A tabela abaixo evidência as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:**

Prazos contratos	Taxa % a.a.
1 ano	9,99%
2 anos	12,28%
3 anos	12,00%
4 anos	13,79%
6 anos	16,60%
11 anos	15,73%
13 anos	16,58%
27 anos	10,00%

▪ **Indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento**

	30.09.2021		31.12.2020	
Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	220.725	87.404	250.405	89.089
PIS/COFINS potencial (9,25%)	20.417	8.085	23.162	8.241

▪ **Comparativo entre os saldos do arrendamento mercantil considerando os fluxos com e sem a inflação**

Passivo arrendamento mercantil	30.09.2021	31.12.2020
IFRS 16	87.404	89.089
Nota Explicativa	96.363	93.116
	10,25%	4,52%
Direito de uso líquido	30.09.2021	31.12.2020
IFRS 16	119.579	112.215
Nota Explicativa	131.836	117.287
	10,25%	4,52%

Despesa financeira	30.09.2021	31.12.2020
IFRS 16	5.380	7.109
Nota Explicativa	5.931	7.431
	10,25%	4,52%

Despesa de amortização.	30.09.2021	31.12.2020
IFRS 16	9.665	10.705
Nota Explicativa	10.656	11.189
	10,25%	4,52%

Os fluxos acima apresentados foram apenas calculados sobre os arrendamentos de imóveis de escritórios, terminais portuários e imóveis em terminais portuários. Para os arrendamentos de contêineres não calculamos a inflação devido a sua contratação ter sido efetuada em Dólar Americano e os pagamentos deles serem remetidos a fornecedores estrangeiros.

15. FORNECEDORES E PROVISÕES OPERACIONAIS

Política contábil

Os saldos de fornecedores e provisões operacionais referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado, com método de taxa efetiva de juros, quando aplicável.

As provisões operacionais são decorrentes de custos portuários (navegação), rodoviários e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

Composição

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Fornecedores	90.356	110.421	46.415	68.948
Acordo Substitutivo IBAMA (a)	850	41.448	850	41.448
<u>Provisões operacionais</u>				
Gastos marítimos com transportes granel e containers	36.820	23.268	35.902	20.145
Gastos rodoviários	4.295	4.921	4.295	4.921
Gastos administrativos	2.240	1.505	1.184	1.151
Outros gastos operacionais	4.029	4.112	747	243
	47.384	33.806	42.128	26.460
	138.590	185.675	89.393	136.856
Circulante	138.590	185.675	89.393	136.856
Não circulante	-	-	-	-

(a) O passivo de R\$850 refere-se ao acordo substitutivo com IBAMA (veja nota explicativa nº 27 para mais detalhamento no trimestre) que vem sendo liquidado desde o fechamento do acordo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos, encargos, variações monetárias e cambiais. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos, financiamentos e debêntures estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação.

Composição

	Moe- da	Indexa- dor	Taxas e encargos a.a.	Venci- mento	Consolidado		Controladora	
					30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
BNDDES/FMM (a)	R\$	TJLP	2,5% e 4,4%	Abr 2034	426.690	456.608	363.423	388.069
BNDDES/FMM (a)	US\$	USD	2,5% e 4,4%	Abr 2034	418.165	427.896	345.619	352.804
Capital de giro (b)	R\$	CDI	127,5%	Mai 2023	-	346.259	-	298.408
Debêntures (c)	R\$	IPCA	10,0%	Jun 2029	92.705	89.555	92.705	89.555
Debêntures (c)	R\$	CDI	4,25%	Mai 2025	66.471	69.785	66.471	69.784
Debêntures (d)	R\$	CDI	4,00%	Mai 2027	338.523	-	338.523	-
Forfait (e)	R\$	-	-	Out 2021	18.013	-	18.013	-
					1.360.567	1.390.103	1.224.754	1.198.620
Circulante					161.041	132.814	145.635	112.690
Não circulante					1.199.526	1.257.289	1.079.119	1.085.930

- (a) Referem-se, principalmente, a recursos obtidos junto ao Fundo da Marinha Mercante (“FMM”), através de repasse de seu agente financeiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), principalmente, para construção de embarcações - BNDES/FMM.
- (b) Referem-se, principalmente, aos recursos contraídos perante as instituições financeiras Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e JIVE Asset Gestão de Recursos Ltda. Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 4 de junho de 2018, essas dívidas foram reestruturadas em 1 de junho de 2018. A reestruturação da dívida ocorreu nos termos dos entendimentos anteriormente firmados com os credores aderentes, objeto do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 10 de novembro de 2017.
- (c) Em junho de 2019, a Log-In realizou sua 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$90 milhões, tendo sido subscrito o montante de R\$65 milhões em 25 de junho de 2019 e R\$25 milhões em 5 de agosto de 2019. A emissão teve como finalidade financiar o pagamento da última parcela do Log-In Polaris e os respectivos custos de importação. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, constituída por 90 (noventa mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais). As debêntures serão amortizadas em parcelas mensais, sendo a primeira parcela devida em 21 de julho de 2020 e a última parcela devida em 21 de junho de 2029, ou seja, de 10 (dez) anos contados da data de emissão em 21 de junho de 2019.

Em maio de 2020, a Log-In realizou sua 3ª emissão de debêntures, no valor total de R\$71,4 milhões, totalmente subscrito em junho de 2020. A emissão teve como finalidade reforçar o caixa da Companhia, em virtude do mútuo celebrado entre a Log-In e sua subsidiária para aquisição da embarcação do tipo porta-container (Log-In Endurance). Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 71,4 (setenta e um milhões e quatrocentos mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$1 (um real). As debêntures serão amortizadas em parcelas iguais nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 14 de agosto de 2021 e a última parcela devida em 14 de maio de 2025, ou seja, de 5 (anos) anos contados da data de emissão em 14 de maio de 2020.

- (d) Em maio de 2021, a Log-In realizou sua 4ª emissão de debêntures, no valor total de R\$340 milhões, totalmente subscrito em junho de 2021. A emissão teve como finalidade o pagamento integral, incluindo principal, juros e demais encargos relacionados aos empréstimos para capital de giro da Companhia captados com os bancos Itaú, Brasil, Bradesco e Santander (letra b acima). Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única, constituída por 34 mil (trinta e quatro mil debêntures), com valor nominal unitário de R\$10 mil (dez mil reais). As debêntures serão amortizadas em parcelas trimestrais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês (inclusive), sempre no dia 05 dos meses fevereiro, maio, agosto e novembro, sendo a primeira amortização devida em 05 de maio de 2022 e a última amortização devida em 05 de maio de 2027.
- (e) Referem-se aos valores contratados em operações de “Confirming” ou “Forfait” com o Banco Santander e Itaú, no qual determinados transportadores podem antecipar os seus recebíveis sem coobrigação por parte do cedente, sem incidência de correção e juros para Companhia, e com isso, esta passa a ter que pagar pelo serviço contratado diretamente com os bancos mencionados acima e não mais para os fornecedores, conforme orientação da Comissão de Valores Mobiliários por meio do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2021 item 8 - Operações de Forfait (Risco Sacado). Ocorrendo descumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes destes contratos, sobre as quantias devidas incidirão, desde a data do descumprimento até a data do efetivo adimplemento, encargos moratórios de 2,53% ao mês, a ser calculado pro rata die (proporcional ao número de dias) para o Banco Santander e juros remuneratórios capitalizados diariamente, juros moratórios a taxa efetiva de 1% ao mês, capitalizados diariamente “pro rata temporis” e multa não compensatória de 2% calculada sobre o valor total devido para o Banco Itaú.

Cronograma de amortizações do passivo não circulante

Parcelas vencíveis em	Consolidado	Controladora
	30.09.2021	30.09.2021
2022	41.947	38.184
2023	168.683	153.632
2024	170.091	155.040
2025	162.956	147.905
2026 a 2034	655.849	584.358
	1.199.526	1.079.119

■ Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Saldo inicial	1.390.103	1.256.593	1.198.620	1.077.670
Emissão de debêntures	343.331	73.259	343.331	73.259
Custos na emissão de debêntures	(5.143)	(1.809)	(5.143)	(1.809)
Operações de <i>Forfait</i>	18.013	-	18.013	-
Variação cambial	20.991	95.803	16.107	78.637
Variação cambial - constituição de reserva de <i>hedge</i>	(5.335)	-	(4.617)	-
Juros e encargos Empréstimos e financiamentos	42.684	65.377	37.984	56.586
Juros e encargos pagos Empréstimos e financiamentos	(43.628)	(33.408)	(38.047)	(31.330)
Amortização principal Empréstimos e financiamentos	(404.599)	(68.160)	(345.644)	(56.841)
Juros e encargos debêntures	29.639	15.877	29.639	15.877
Amortização principal debêntures	(8.866)	(2.757)	(8.866)	(2.757)
Juros e encargos pagos debêntures	(16.622)	(10.672)	(16.622)	(10.672)
Saldo final	1.360.568	1.390.103	1.224.755	1.198.620

■ Garantias

BNDES/FMM

- 50,05% das ações do TVV (cascos 506, 507 e 508);
- 99,99% das quotas da Log-Mar (cascos 506, 507 e 508);
- Embarcações Log-In Jacarandá e Log-In Jatobá (cascos 504 e 505);
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços a determinados clientes; e
- Fiança bancária no valor de face de R\$6.318 (cascos 506, 507 e 508).

Debêntures - 2ª Emissão

- Alienação fiduciária do navio Polaris; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes.

Debêntures - 3ª Emissão

- Alienação fiduciária do navio Endurance; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes.

Debêntures - 4ª Emissão

- 49,85% das ações do TVV; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transporte e outros prestados a determinados clientes.

■ Cláusulas de covenants

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas restritivas de covenants que podem ocasionar antecipação de dívida. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter determinados índices, conforme detalhados abaixo. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

BNDES/FMM

- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICD) não inferior a 0,8 entre 2018 e 2020; e não inferior a 1,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício, nos termos da fórmula $ICD = \frac{EBITDA - (IR + CSLL + Variação\ Capital\ de\ Giro)}{Serviço\ da\ Dívida\ do\ Exercício}$.
- Índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 10,0 entre os anos de 2019 e 2020; e menor ou igual a 5,0 a partir de 2021 até a liquidação do contrato, calculado ao final de cada exercício.

Debêntures - 2ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 4,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. O EBITDA utilizado para cálculo do índice não considera o resultado não operacional; entende-se como resultado não operacional: venda de ativos, provisões/ reversões de contingências sem efeito caixa no curto prazo, impairment, ganhos por valor justo/atualização de ativos (sem efeito caixa) e despesas reestruturação. O índice é calculado ao final de cada trimestre.

Debêntures - 3ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. Para cálculo do índice considera-se o melhor EBITDA apurado, podendo considerar ou não o resultado não operacional;
- EBITDA/Despesa Financeira não inferior a 1,5. O EBITDA é o resultado relativo aos últimos 12 meses anteriores à data de apuração. Para cálculo do índice considera-se o melhor EBITDA apurado, podendo considerar ou não o resultado não operacional;
- Dívida Líquida/Patrimônio Líquido não superior a 4,7. O Patrimônio Líquido representa os valores que os acionistas detêm na empresa relativos ao último período apurado;
- Os índices são calculados ao final de cada trimestre, desde junho de 2020.

Debêntures - 4ª Emissão

- Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil;
- EBITDA/Resultado Financeiro Caixa não inferior a 1,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil;
- Dívida Líquida/EBITDA Ex TVV: No exercício de 2021, não superior a 4,5 com base nas demonstrações financeira do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e informações trimestrais de 2021. No exercício de 2022, não superior a 4,0 com base nas demonstrações financeira do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e informações trimestrais de 2022 e a partir de 2023, não superior a 3,5x, com base nas demonstrações financeira do exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior e informações trimestrais subsequentes. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil;
- EBITDA/Resultado Financeiro Caixa Ex TVV não inferior a 1,5. O EBITDA é o resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração incluindo a receita do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, e antes do imposto de renda e contribuição social, do Receita Financeira Caixa, do Resultado Não Operacional, da equivalência patrimonial, da participação de acionistas minoritários, da depreciação e amortização, e descontado os valores relativos às "Obrigações com arrendamento mercantil.

17. PROVISÕES PARA RISCOS E PASSIVOS CONTINGENTES**▪ Política contábil**

Uma provisão é reconhecida no momento em que uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, for considerada provável pela Administração e seus assessores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e for possível estimar seu valor de maneira confiável. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

■ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos tributários, trabalhistas e cíveis em tramitação, decorrentes do curso normal das operações e, com respaldo dos seus assessores jurídicos a Administração constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas.

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

■ Composição das provisões para riscos

	Consolidado				Controladora
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total	Total
Saldos em 31/12/2020	14.314	342	53	14.709	3.970
Adições	-	181	-	181	489
Reversões	(327)	-	(28)	(355)	-
Reversão (constituição) juros provisão para riscos	(372)	(91)	(12)	(475)	38
Pagamentos	(2.321)	(432)	(6)	(2.759)	(1.217)
Total	11.294	-	7	11.301	3.280

- Trabalhistas: reclamações de empregados por não pagamento de horas extras, pagamentos adicionais por alegações de insalubridade em condições de trabalhos e outros assuntos, frequentemente conectados com disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Tributárias: tributos preteridos na transferência de bens e mudanças na base de cálculo de contribuições para o PIS e a COFINS.
- Cíveis: demandas relacionadas a acidentes e ações indenizatórias nas operações da Companhia.

Em 23 de março de 2007, a Companhia firmou com a Vale S.A. ("Vale") um acordo, por meio do qual essa se comprometeu a indenizar a Log-In, por toda e qualquer perda, prejuízo, danos, custos, despesas e outras obrigações de caráter pecuniário, que a Companhia venha a sofrer em decorrência de decisão transitada em julgado dos processos judiciais, administrativos ou arbitragens dos quais a Companhia é ou será parte e cujo fato gerador tenha ocorrido antes da publicação do Anúncio de Encerramento da oferta pública de ações em 25 de julho de 2007. À medida que perdas efetivas ocorrerem decorrentes desses processos a Companhia irá informar à Vale para fins de reembolso. Em 30 de setembro de 2021 e de 2020, a Log-In não tem registrado qualquer montante a receber da Vale considerando que essas causas em 30 de setembro não apresentam perdas efetivas a Companhia.

■ Passivos contingentes

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado		Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Trabalhistas e previdenciários (a)	152.682	132.310	54.319	39.516
Tributárias	115.732	127.258	75.871	84.643
Cíveis	43.739	42.879	37.666	38.812
	312.153	302.447	167.856	162.971

(a) O aumento de R\$20 milhões refere-se a autuações previdenciárias lavradas pela Receita Federal do Brasil no período, cujo objeto é a cobrança em duplicidade da contribuição previdenciária patronal, diferencial de alíquota de RAT e cobrança indevida da contribuição previdenciária sobre verbas indenizatórias referentes aos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

■ Ativos contingentes

A Companhia ajuizou em 17 de novembro de 2006 ação - Processo 0022150-93.2006.4.02.5101 - contra a União para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, destacado em nota fiscal. No Mandado de Segurança os pedidos apresentados visam (i) que lhe seja assegurado o direito de não mais incluir os montantes relativos ao ICMS nas bases de cálculo das contribuições PIS/COFINS; e (ii) que seja reconhecido o direito à compensação dos valores recolhidos nos 5 (cinco) anos que precederam ao ajuizamento da ação, com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, devidamente atualizados pela taxa SELIC.

Em relação a essa matéria, em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a favor dos contribuintes, fixando a tese de que O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2017, o STF julgou um recurso apresentado pela União no referido processo esclarecendo que é o ICMS destacado na nota fiscal que deve ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS, e modulando os efeitos para restringir a decisão apenas às empresas que tiverem ajuizado ações sobre a matéria até o dia 15 de março de 2017.

No segundo semestre de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado de decisão favorável do Tribunal Regional Federal da 2ª Região ("TRF2") que aplicou o mesmo entendimento fixado pelo STF no Mandado de Segurança da Companhia, garantindo o direito ao crédito tributário e seu respectivo reconhecimento contábil no montante total de R\$44.528, registrado como impostos a recuperar conforme nota explicativa nº8.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

■ Política contábil

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão. Esses custos são reconhecidos líquidos dos efeitos tributários aplicáveis.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido (Ações em tesouraria). Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404/1976, e alterações posteriores, que somente poderá ser utilizada para: (i) Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou (ii) Aumento do capital social. Na hipótese do inciso I do caput, a pessoa jurídica deverá recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

Capital social

	30.09.2021		31.12.2020	
	Quantidade de ações e respectivo percentual			
	ON	%	ON	%
Alaska Investimentos Ltda.	48.018.499	45,37	43.459.552	41,20
Tarpon Capital	10.813.300	10,22	-	-
Perea Capital	5.300.000	5,01	-	-
Itaú Unibanco S.A.	-	-	9.454.605	8,96
Outros Investidores	40.490.581	38,26	51.356.262	48,68
Ações em circulação	104.622.380		104.270.419	
Ações em tesouraria	1.218.772	1,15	1.218.772	1,16
	105.841.152	100,00	105.489.191	100,00

Conforme Estatuto social da Companhia, o capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias (“ON”), e cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. O capital social da Companhia pode ser aumentado mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 135.000.000 (cento e trinta e cinco milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal. O Conselho de Administração fixará o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do limite do capital autorizado.

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2021 corresponde a R\$1.338.745 (R\$1.336.395 em 31 de dezembro de 2020); R\$1.314.852 (R\$1.312.505 em 31 de dezembro de 2020), líquido dos custos diretos de emissão de ações.

Ações em tesouraria

A Log-In mantém em sua tesouraria 1.218.772 ações ordinárias. Essas ações foram adquiridas no decorrer do exercício de 2008 ao custo médio ponderado de R\$8,35 (valor em reais), por ação.

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na cotação da B3 de 30 de setembro de 2021 era de R\$26.812 (R\$19.720 em 31 de dezembro de 2020).

Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa

A Log-In e sua controlada Log-Nav adotaram a estratégia de *hedge accounting* (*hedge* de fluxo de caixa) - com data de designação de 01 de março de 2021 - para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares norte-americanos projetados para um período de cinco anos, através de instrumentos de proteção não derivativos - dívidas e arrendamentos em dólares norte-americanos já contratados - onde a parte eficaz desta relação será reconhecida no Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) e as eventuais inefetividades contabilizadas no resultado do exercício no grupo de Receitas.

A natureza do risco protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis indexadas ao dólar norte americano, visto que a moeda funcional da Companhia é o Real Brasileiro. Os instrumentos de hedge designados pelas Companhias correspondem ao principal dos empréstimos e principal das obrigações com arrendamentos mercantis, ambos indexados à moeda estrangeira (USD), ou seja, passivos financeiros não derivativos cujos fluxos de caixa se esperam que compensem as alterações nos fluxos de caixa do objeto de hedge designado.

Quando essas receitas de serviços prestados expostas a efeitos cambiais em dólares norte-americanos for realizada, o valor acumulado em Outros Resultados Abrangentes será reciclado com efeitos na demonstração do resultado na mesma linha de reconhecimento do objeto de hedge.

Os efeitos contábeis decorrentes desta adoção a partir de 01 de março de 2021 estão relacionados a seguir:

Consolidado							
	Indexação	Tipo de <i>hedge</i>	Instrumento do <i>hedge</i>	Constituição de Reserva de Hedge	Reciclagem para o Resultado	Tributos diferidos	Ganho (perda) cambial em instrumentos de hedge durante o período
Log-In	USD	Fluxo de caixa	202.492 ^(*)	4.617	(1.492)	(1.063)	2.062
Log-Nav	USD	Fluxo de caixa	36.173 ^(*)	717	(163)	(188)	366
Saldo em 30 de setembro de 2021			238.665	5.334	(1.655)	(1.251)	2.428

(*) Valores convertidos pela taxa de fechamento de 30 de setembro de 2021 de R\$5,4388.

19. RESULTADO POR AÇÃO

	3T21	3T20	9M21	9M20
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuível aos acionistas controladores	60.235	9.040	76.481	(120.390)
Quantidade de ações – em milhares				
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do resultado básico por ação	103.703	103.703	104.436	103.703
Efeito das ações ordinárias potenciais dilutivas - Plano de opção de ações	902	1.971	902	1.971
Resultado básico por ação - R\$	0,58	0,09	0,73	(1,16)
Resultado diluído por ação - R\$	0,57	0,10	0,73	(1,14)

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido ou (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação no período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro líquido ou (prejuízo) e a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações tais como planos de opção de ações como os divulgados na nota explicativa nº 20).

20. REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

■ Política contábil

Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para empregados e outros provedores de serviços similares são mensurados pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado.

O valor justo dos pagamentos baseados em ações e liquidados em ações determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos. No fim de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos em virtude do efeito das condições de aquisição que não se baseiam no mercado. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste nas reservas.

■ Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O valor justo médio ponderado das opções de compra nas datas das outorgas, foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes, assumindo as premissas listadas abaixo:

1º Programa - 2019	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
1º Programa (tipo a.1)	4,24	4,24	345.356
1º Programa (tipo a.2)	4,24	4,66	344.322
1º Programa (tipo a.3)	4,24	5,02	344.322
1º Programa (tipo b.1)	0,01	8,09	386.104
1º Programa (tipo b.2)	0,01	8,09	384.948
1º Programa (tipo b.3)	0,01	8,09	384.948
2.190.000			

2º Programa - 2020	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
2º Programa (tipo a.1)	10,07	3,54	192.874
2º Programa (tipo a.2)	10,07	4,41	192.874
2º Programa (tipo a.3)	10,07	5,18	192.871
2º Programa (tipo b.1)	0,01	12,10	162.127
2º Programa (tipo b.2)	0,01	12,10	162.127
2º Programa (tipo b.3)	0,01	12,10	162.127
1.065.000			

3º Programa - 2021	Preço de exercício	Valor justo no dia da outorga	Quantidade de ações
3º Programa (tipo a.1)	9,17	3,54	201.326
3º Programa (tipo a.2)	9,17	4,41	201.326
3º Programa (tipo a.3)	9,17	5,18	201.329
3º Programa (tipo b.1)	0,01	12,10	100.673
3º Programa (tipo b.2)	0,01	12,10	100.673
3º Programa (tipo b.3)	0,01	12,10	100.673
906.000			

■ Planos de Incentivo de Longo Prazo

O Plano de Incentivo de Longo Prazo (“Plano”) da Companhia, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 25 de abril de 2019, estabelece as condições para a outorga e exercício de opções de compra de ações de emissão da Log-In aos seus administradores e funcionários.

O Plano prevê a criação de programas de forma periódica, que deverão identificar os beneficiários que integrem o programa, o número total de opções outorgadas bem como os critérios para o seu exercício. Na forma do Plano, cada opção de compra outorgada no âmbito destes programas dará ao beneficiário o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia.

A Companhia possui dois Programas vigentes. O 2º Programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20/03/2020, e extinguir-se-á em 31 de maio de 2023.

O 3º Programa aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27/07/2021, prevê a outorga de 906.000 (novecentas e seis mil) opções de compra de ações de emissão da Companhia, remanescentes do 2º Programa, no qual havia sido outorgado o total de 1.971.000 opções de compra de ações. O 3º Programa extinguir-se-á em 31 de maio de 2024.

Principais características do Plano	
Quantidade de ações	• 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) opções de compra de ações de emissão da Companhia ou 4,03% do total de ações, o que for maior.
Tipo	• 60% das opções de compra outorgadas serão do tipo “A” • 40% restante serão opções de compra do tipo “B”
Carência	• As opções de compra outorgadas aos Beneficiários no âmbito do Programa estão sujeitas a 3 (três) Períodos de Carência, assim distribuídos: (i) 33,4% (trinta e três vírgula quatro por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa (“Primeira Tranche de Opções”) estarão sujeitas a um Período de Carência de 1 (um) ano contado da data da outorga das opções (“Primeiro Período de Carência”);

Principais características do Plano

	<p>(ii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Segunda Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 2 (dois) anos contados da data da outorga das opções ("Segundo Período de Carência");</p> <p>(iii) 33,3% (trinta e três vírgula três por cento) das opções outorgadas no âmbito deste Programa ("Terceira Tranche de Opções") estarão sujeitas a um Período de Carência de 3 (três) anos contados da data da outorga das opções ("Terceiro Período de Carência");</p>
Exercício das opções	<ul style="list-style-type: none"> • Período de Exercício para a Primeira Tranche de Opções se iniciará ao final do Primeiro Período de Carência; • Período de Exercício para a Segunda Tranche de Opções se iniciará ao final do Segundo Período de Carência; e • Período de Exercício para a Terceira Tranche de Opções se iniciará ao final do Terceiro Período de Carência. <p>Observado que as opções não exercidas nos prazos acima serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que referida extinção dê direito a qualquer indenização ao Beneficiário.</p>

Principais características do Plano

Preço de exercício	<ul style="list-style-type: none"> Opções do tipo "A", preço de exercício será correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações ordinárias de emissão da Companhia nos 90 (noventa) pregões da B3 anteriores à data da aprovação do Programa no âmbito do qual as opções forem outorgadas, ponderada pela quantidade de ações negociadas, aplicado um deságio de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor apurado. Opções do tipo "B", preço de exercício será de R\$0,01 (um centavo).
--------------------	---

▪ **Movimentação das opções outorgadas**

Quantidade de ações em milhares	30.09.2021	31.12.2020
Saldo inicial	1.971	1.290
Opções outorgadas	-	1.971
Opções exercidas	(1.065)	(1.290)
Opções canceladas	(4)	
Saldo final	902	1.971

Em 30 de setembro de 2021, o percentual de opções outorgadas e ainda não exercidas ou canceladas referentes aos programas de opção de compra de ações era de 0,85% com relação ao total de ações emitidas pela Companhia (1,87% em 31 de dezembro de 2020).

▪ **Despesas no período com plano de opção de compra de ações**

	Consolidado e Controladora			
	3T21	3T20	9M21	9M20
Plano de opção de ações	1.049	4.002	3.516	17.311

21. BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA NO LONGO PRAZO - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

▪ **Política contábil**

A Companhia proporciona benefício a seus empregados no longo prazo que engloba plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. No plano de contribuição definida a Companhia faz contribuições fixas à VALIA e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com serviço do empregado no período corrente e anterior.

Os pagamentos a plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito às contribuições são prestados pelos empregados.

Os participantes efetuam contribuições mensais para o Plano VALE MAIS que variam entre 1% a 9% do salário de participação e as contribuições da Companhia são equivalentes às dos participantes limitadas, porém a 9% do salário de participação.

▪ **Contribuição pagas no período com plano de aposentadoria**

	Consolidado				Controladora			
	3T21	3T20	9M21	9M20	3T21	3T20	9M21	9M20
Contribuições pagas pela Companhia	578	551	1.650	1.678	425	395	1.211	1.209

22. RECEITA LÍQUIDA

■ Política contábil

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas de acordo com as obrigações de desempenho dos serviços prestados aos clientes. Os serviços de frete são reconhecidos em sua grande maioria como obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo, com exceção dos serviços de frete de longo curso, cujas obrigações de desempenho são satisfeitas em um momento específico do tempo. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos.

A Companhia reconhece receita como segue:

- Navegação Costeira: serviços de transporte de contêineres (fretes) por toda a costa brasileira e também no Mercosul, serviços Shuttle que ligam os portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória, além de operação de transporte de veículos em navios “Roll On Roll Off”.
- Terminal Portuário de Vila Velha - TVV: operações de embarque e desembarque de contêineres, além de movimentação de cargas e veículos.
- Terminais intermodais: serviços de armazenagem, separação e *cross-docking*. Atuam como ponto de acesso para as regiões Norte e Sul do Estado, em prol da integração com a navegação costeira com ênfase na multimodalidade.

■ Composição

	Consolidado				Controladora			
	3T21	3T20	9M21	9M20	3T21	3T20	9M21	9M20
Receita de fretes	313.506	266.845	877.876	714.511	233.278	201.472	635.100	561.303
Mercado interno	190.727	174.824	534.081	474.808	183.636	169.184	513.781	463.905
Mercado externo	122.779	92.021	343.795	239.703	49.642	32.288	121.319	97.398
Receita de serviços	85.561	64.615	240.090	181.996	9.248	9.102	27.793	28.573
Mercado interno	42.727	23.226	117.426	76.828	9.248	8.926	27.793	28.186
Mercado externo	42.834	41.389	122.664	105.168	-	176	-	387
Receita bruta	399.067	331.460	1.117.966	896.507	242.526	210.574	662.893	589.876
Impostos sobre as receitas	(39.531)	(33.033)	(108.865)	(92.121)	(29.435)	(26.920)	(81.723)	(74.311)
Receita líquida	359.536	298.427	1.009.101	804.386	213.091	183.654	581.170	515.565

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E CUSTOS RECONHECIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

■ Composição

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas e custos reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Consolidado			
	3T21	3T20	9M21	9M20
Pessoal, encargos e benefícios	(46.855)	(41.969)	(145.448)	(120.441)
Material	(5.397)	(7.353)	(17.076)	(15.838)
Óleo combustível e gases	(33.119)	(20.100)	(90.107)	(68.382)
Afretamento, locações e arrendamento	(46.181)	(35.630)	(142.485)	(98.048)
Serviços contratados	(129.527)	(116.196)	(362.705)	(320.205)
Depreciação e amortização	(31.102)	(27.837)	(91.050)	(78.065)
Outros	(14.788)	(11.342)	(28.123)	(31.079)
	(306.969)	(260.427)	(876.994)	(732.058)
Classificado como:				
Custos dos serviços prestados	(282.735)	(235.320)	(806.442)	(655.539)
Despesas administrativas e comerciais	(24.234)	(25.107)	(70.552)	(76.519)
	(306.969)	(260.427)	(876.994)	(732.058)

	Controladora			
	3T21	3T20	9M21	9M20
Pessoal, encargos e benefícios	(24.530)	(22.186)	(77.531)	(64.679)
Material	(2.035)	(3.214)	(6.912)	(7.608)
Óleo combustível e gases	(27.118)	(18.924)	(71.704)	(65.233)
Afretamento, locações e arrendamento	(22.156)	(14.420)	(46.075)	(48.355)
Serviços contratados	(95.534)	(90.607)	(268.639)	(248.623)
Depreciação e amortização	(16.746)	(16.529)	(50.296)	(46.607)
Outros	(7.328)	(9.585)	(17.339)	(31.420)
	(195.447)	(175.465)	(538.496)	(512.525)
Classificado como:				
Custos dos serviços prestados	(181.588)	(154.291)	(495.489)	(447.206)
Despesas administrativas e comerciais	(13.859)	(21.174)	(43.007)	(65.319)
	(195.447)	(175.465)	(538.496)	(512.525)

24. RESULTADO FINANCEIRO

Composição

	Consolidado				Controladora			
	3T21	3T20	9M21	9M20	3T21	3T20	9M21	9M20
Receitas financeiras								
Aplicações financeiras	6.403	3.558	13.662	14.360	6.132	3.490	13.090	14.256
Atualização crédito de PIS/COFINS excluído da base ICMS	17.645	-	17.645	-	17.645	-	17.645	-
Juros sobre mútuo a receber de partes relacionadas	438	-	-	-	416	451	1.245	1.077
Outras	66	1.425	2.083	3.688	101	(143)	1.390	1.861
	24.552	4.983	33.390	18.048	24.294	3.798	33.370	17.194
Despesas financeiras								
Encargos empréstimos e financiamentos	(12.627)	(16.558)	(42.684)	(51.944)	(11.725)	(14.403)	(37.984)	(45.207)
Encargos debêntures	(14.546)	(4.553)	(29.639)	(9.984)	(14.546)	(4.553)	(29.639)	(9.984)
Encargos financeiros com arrendamento mercantil	(4.362)	217	(13.027)	(4.892)	(2.979)	260	(8.534)	(4.748)
Reversão (constituição) juros provisão para riscos	254	610	475	2.523	46	266	(38)	(5)
Juros e comissões	(1.070)	(2.874)	(3.543)	(7.388)	(957)	(2.755)	(2.871)	(6.966)
Outros	(3.504)	(2.575)	(6.831)	(6.702)	(2.552)	(1.486)	(5.005)	(5.957)
	(35.855)	(25.733)	(95.249)	(78.387)	(32.713)	(22.671)	(84.071)	(72.867)
Variações monetárias e cambiais, líquidas								
Variações monetárias e cambiais ativas	19.049	14.673	52.530	58.305	8.737	12.630	32.024	38.021
Variações monetárias e cambiais passivas	(26.552)	(38.086)	(87.891)	(222.245)	(10.551)	(30.162)	(64.471)	(174.787)
	(7.503)	(23.413)	(35.361)	(163.940)	(1.814)	(17.532)	(32.447)	(136.766)
	(18.806)	(44.163)	(97.220)	(224.279)	(10.233)	(36.405)	(83.148)	(192.439)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos é determinada no seu reconhecimento inicial, conforme o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais presentes no IFRS 9/CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía operações com instrumentos de derivativos em aberto.

▪ **Categoria dos principais instrumentos financeiros e seus valores justos**

	Consolidado			
	30.09.2021		31.12.2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	96.554	96.554	101.337	101.337
Aplicações financeiras	856	856	3.878	3.878
Contas a receber de clientes	220.252	220.252	204.941	204.941
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	459.542	459.542	608.334	608.334
Passivo financeiro ao custo amortizado				
Fornecedores	90.356	90.356	110.421	110.412
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.360.567	1.360.567	1.390.103	1.390.103
Obrigações com arrendamento mercantil	192.916	192.916	194.279	194.279

	Controladora			
	30.09.2021		31.12.2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	54.062	54.062	65.836	65.836
Aplicações financeiras	-	-	2.722	2.722
Contas a receber de clientes	158.956	158.956	136.086	136.086
Valores a receber de partes relacionadas	93.880	93.880	120.143	120.143
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	440.856	440.856	608.334	608.334
Passivo financeiro ao custo amortizado				
Fornecedores	46.415	46.415	68.948	68.948
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.224.754	1.224.754	1.198.620	1.198.620
Obrigações com arrendamento mercantil	106.013	106.013	110.279	110.279
Valores a pagar a partes relacionadas	96.409	96.409	105.202	105.202

▪ **Qualidade do crédito dos ativos financeiros**

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou “impaired” é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas de inadimplência de contrapartes.

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas estão atreladas a títulos privados em bancos elegíveis de recebimentos de recursos com boas qualificações das agências de risco.

▪ **Gestão de risco**

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia define metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promove e sugere melhorias nos processos de sua avaliação, classifica e define os procedimentos de seu controle.

■ Risco de mercado

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços, índices cambiais, porém os mesmos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia sua exposição e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no trimestre findo em 30 de setembro de 2021 quando comparado a 31 de dezembro de 2020, exceto pela implementação do hedge accounting de fluxo de caixa descrito na nota explicativa 18 (maiores detalhes para referência), cuja estratégia principal de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o seu resultado do período e sua controlada Log-Nav quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis através do instrumento de proteção principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira norte americana.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

(a) Risco cambial

A parcela dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (Dólar) em 30 de setembro de 2021, no montante de R\$418.165 (R\$427.896, em 31 de dezembro de 2020), corresponde a 30,73% (30,78% em 31 de dezembro de 2020) da dívida da Companhia (Consolidado); o efeito cambial decorrente dessa exposição e dos demais ativos e passivos em Dólar pode ser relevante no vencimento do endividamento financeiro no curto, médio e longo prazos.

Adicionalmente, a Companhia designou a partir de 01 de março de 2021, a proteção de até 100% das receitas altamente prováveis projetadas pelo período de até 5 anos.

A natureza do risco a ser protegido consiste no risco cambial (SPOT) das receitas altamente prováveis em USD, visto que a moeda funcional da Companhia é o Real Brasileiro.

A estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia consiste em proteger o resultado do exercício da Companhia e de sua controlada Log-Nav quanto à exposição cambial de receitas altamente prováveis através do principal de dívida e de obrigações com arrendamentos mercantis indexados à moeda estrangeira (USD).

Ganhos e perdas mensurados e classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

(b) Risco de taxa de juros

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros variáveis que são aplicadas aos seus passivos financeiros. A Companhia está exposta as seguintes taxas de juros variáveis:

Indexador	Consolidado		Controladora	
	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2021	31.12.2020
Ativo				
CDI	463.177	612.212	443.635	611.056
Passivo				
TJLP	426.690	456.608	363.423	394.666
CDI	404.994	416.044	404.994	368.192

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não tem contratos derivativos para fazer hedge contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pela Companhia, que periodicamente avalia a sua exposição e propõem as estratégias de minimização de riscos a serem adotadas e aprovadas pelo conselho de administração.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos financeiros, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo consolidado de R\$517.513 e R\$394.274 na controladora (em 31 de dezembro de 2020, R\$642.663 e R\$576.183, consolidado e controladora, respectivamente), bem como patrimônio líquido positivo de R\$438.011 no consolidado e de R\$437.799 na controladora (em 31 de dezembro de 2019, R\$353.963 e R\$353.809, consolidado e controladora, respectivamente). Destacamos que a Companhia tem servido todas as dívidas e está adimplente com todas as suas obrigações com empréstimos e financiamentos.

A Administração da Companhia tem como política a manutenção de níveis de liquidez adequados para que possa garantir o cumprimento de suas obrigações presentes e futuras, bem como o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem.

O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, em 30 de setembro de 2021:

	Consolidado					
	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	90.356	73.708	16.356	292	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.360.567	28.347	26.130	106.564	660.401	539.125
	1.450.923	102.055	42.486	106.856	660.401	539.125

	Controladora					
	Total	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	46.415	32.632	13.581	202	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.224.754	26.738	22.367	96.530	600.208	478.911
Partes relacionadas	96.409	39.210	1.837	18.696	36.666	-
	1.367.578	98.580	37.785	115.428	636.874	478.911

(d) Risco de gerenciamento de capital

A política da Companhia tem como objetivo estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Além do capital próprio, a Companhia usa o de terceiros para financiar suas atividades, otimizando sua estrutura de capital. Os níveis de endividamento são monitorados em relação à sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital. A dívida líquida reflete a exposição total da Companhia das obrigações contraídas junto ao sistema financeiro.

A dívida bruta consiste na soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto (circulante) e longo (não circulantes) prazos conforme detalhados na nota explicativa nº 16.

Com a capitalização ocorrida em novembro de 2019 por meio da oferta pública primária de ações ordinárias (nota explicativa nº 18) e a emissão de nova série de debêntures no primeiro semestre de 2021 (nota explicativa nº 16), a Companhia vem assegurando sua liquidez e a continuidade operacional dos seus negócios.

Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o índice de alavancagem financeira da Companhia é conforme segue:

Índice de alavancagem financeira	Consolidado	
	30.09.2021	31.12.2020
Dívida bruta	1.360.567	1.390.103
Caixa e equivalentes de caixa	(96.554)	(101.337)
Aplicações financeiras	(460.398)	(612.212)
Dívida líquida	803.615	676.554
Patrimônio líquido Controladora	437.799	353.809
Relação dívida líquida/capital	1,8	1,9

(e) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia adota a política de apenas negociar com clientes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes quando apropriado, como meio de mitigar o risco financeiro. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, através análise de indicadores econômico-financeiros. Também visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições com boas avaliações de *rating*.

■ **Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos**

A Companhia avaliou e entende que os valores justos de seus principais instrumentos financeiros não derivativos em 30 de setembro de 2021 se aproximam dos valores contábeis reconhecidos considerando as características de determinados ativos e passivos financeiros, prazo de realização ou vencimento no curto prazo, conforme aplicável, ou por estarem indexados a taxas variáveis de mercado.

Para estimar o valor justo de seus principais instrumentos financeiros não derivativos, a Administração utilizou as seguintes premissas:

Empréstimos, financiamentos e debêntures - Representam passivos financeiros atualizados com juros estipulados pelo BNDES/FMM e outras instituições financeiras, parte por variação cambial. A Administração da Companhia entende que o valor contabilizado corresponde ao seu valor justo.

■ **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme CPC 40/IFRS 7**

A Empresa apresenta a seguir demonstrações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos. Esta análise considerou um cenário base projetado esperado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O cenário base projetado esperado como mais provável pela Administração foi obtido por meio de premissas disponíveis no mercado conforme descrito a seguir: Dólar 5,50 (relatório Focus de 05 de novembro de 2021); TJLP 5,32% a.a. (BNDES); e CDI 8,42% a.a. (BM&F).

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação deste cenário na Companhia no encerramento do período findo em 30 de setembro de 2021 seriam os seguintes:

Risco de taxa de câmbio	Consolidado			
	Risco	US\$	30.09.2021	Cenário Provável
				Base
Contas a receber de clientes	USD	12.562	68.330	761
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(76.887)	(418.165)	(4.658)
Instrumento de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	USD	43.882	238.666	2.686
Fornecedores	USD	(7.964)	(43.322)	(483)
Obrigações com arrendamento mercantil	USD	(19.398)	(105.512)	(1.175)
Exposição líquida		(47.795)	(260.002)	(2.869)
Patrimônio líquido (reserva de <i>hedge</i>)				(2.686)
Resultado do período				(183)
	PTAX		5,44	5,50

Risco de taxa de juros	Risco	30.09.2021	Cenário Provável
			Base
Aplicações financeiras	CDI	460.398	10.451
Outros ativos (Mútuos concedidos)	CDI	2.779	63
Empréstimos, financiamentos e debêntures	TJLP	(426.690)	(1.877)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(404.994)	(9.193)
	TJLP	4,88%	5,32%
	CDI	6,15%	8,42%

26. INFORMAÇÕES PARA A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

■ Transações não envolvendo caixa

Atividades de investimento	Consolidado		Controladora	
	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2021	30.09.2020
Arrendamento mercantil	29.521	120.583	27.280	51.358
Dividendos propostos de controlada compensados com mútuo passivo de controladora	-	-	-	6.645
Adições ao imobilizado em curso	2.004	585	583	398
	31.525	121.168	27.863	58.401

■ Variações nos passivos resultantes das atividades de financiamento

A tabela a seguir detalha as variações nos passivos da Companhia resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.

	Consolidado				
	Capital Social	Mútuo concedido Santos Transportes	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Mútuo com controladas
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.312.502	-	194.279	1.390.103	-
Total					2.896.884
Alterações que afetam caixa					
Aumento de capital por subscrição de ações	2.350	-	-	-	2.350
Mútuos concedidos	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Empréstimos captados	-	321	-	-	321
Emissão de debêntures	-	-	-	343.331	343.331
Operação de <i>forfait</i> (a)	-	-	-	(60.583)	(60.583)
Custos na captação de debêntures	-	-	-	(5.143)	(5.143)
Captação de mútuos com controladas	-	-	-	-	72.756
Pagamento de mútuos com controladas	-	-	-	-	(86.048)
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	-	(413.465)	(413.465)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	(60.250)	(60.250)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(48.810)	-	(48.810)
Alterações que não afetam caixa					
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	(100)	17.926	93.313	-
Mútuos concedidos	-	(1.000)	-	-	-
Operações de <i>forfait</i>	-	-	-	78.596	-
Adições arrendamento mercantil e outros	-	-	29.521	-	-
Alterações que não afetam resultado					
Constituição de reserva de <i>hedge</i>	-	-	-	(5.335)	-
Saldo em 30 de setembro de 2021	1.314.852	(2.779)	192.916	1.360.567	(13.292)
Total					2.852.264

(a) Serviços de transporte de contêineres vinculados na operação de *forfait* ainda não liquidados.

	Controladora				
	Capital Social	Mútuo concedido Santos Transportes	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Mútuos com controladas
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.312.502	-	105.202	1.198.620	49.229
Total					2.665.553
Alterações que afetam caixa					
Aumento de capital por subscrição de ações	2.350	-	-	-	2.350
Mútuos concedidos	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Empréstimos captados	-	321	-	-	321
Emissão de debêntures	-	-	-	343.331	343.331
Operações de <i>forfait</i>	-	-	-	(60.583)	(60.583)
Custos na captação de debêntures	-	-	-	(5.143)	(5.143)
Captação de mútuos com controladas	-	-	-	-	72.756
Pagamento de mútuos com controladas	-	-	-	-	(86.048)
Amortização empréstimos e financiamentos	-	-	-	(354.510)	-

NOTAS EXPLICATIVAS

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora					
	Capital Social	Mútuo concedido Santos Transportes	Obrigações com arrendamento mercantil	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Mútuos com controladas	Total
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	(54.669)	-	(54.669)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(37.105)	-	-	(37.105)
Alterações que não afetam caixa						
Juros, encargos e variação cambial, líquidas	-	(100)	10.637	83.729	729	94.995
Mútuos concedidos	-	(1.000)	-	-	-	(1.000)
Operações de <i>forfait</i>	-	-	-	78.596	-	78.596
Adições arrendamento mercantil e outros	-	-	27.280	-	-	27.280
Alterações que não afetam resultado						
Constituição de reserva de <i>hedge</i>	-	-	-	(4.617)	-	(4.617)
Saldo em 30 de setembro de 2021	1.314.852	(2.779)	106.013	1.224.754	36.666	2.679.506

a) Serviços de transporte de contêineres vinculados na operação de *forfait* ainda não liquidados.

▪ Mútuo concedido Santos Transportes

Em fevereiro de 2021, a Log-In (“Mutuante”) celebrou o contrato de mútuo para construção de terminal retroportuário com a Santos Transportes de Cargas Eireli (“Santos Transporte” ou “Mutuária”), no montante de R\$3 milhões, tendo por condição a utilização, com exclusividade, da conversão do valor do empréstimo na referida construção na cidade de Santos - SP. A não observância da finalidade do mútuo, conduzirá à imediata resolução do contrato, com a obrigatoriedade de devolução integral dos valores desembolsados.

O montante será desembolsado em três parcelas iguais de acordo com os seguintes marcos contratuais:

- 1º desembolso: será transferido o valor de R\$1 milhão no prazo de até 15 dias da assinatura do Instrumento de Mútuo – fase pré-operacional;
- 2º desembolso: será transferido o valor de R\$1 milhão mediante o cumprimento da segunda etapa, no prazo de até 15 dias contados da Homologação do DEPOT e atendimento dos requisitos legais; e
- 3º desembolso: será transferido o valor de R\$1 milhão no prazo de até 15 dias contados da obtenção das licenças IMO e ANVISA, da obtenção da certificação SASSMAQ para transporte e armazenagem e da Homologação do terminal, o que ocorrer por último.

O montante desembolsado pela Log-In está sendo pago pela Santos Transporte em 48 parcelas mensais e fixas no valor de até R\$62,5 mil, com encargos de 0,83% a.m. podendo variar de acordo com possíveis oscilações do CDI, a cada semestre, e caso esta variação seja superior a 10% para cima ou para baixo, aplicando-se a mesma variação à taxa mensal acordada, mas limitados a uma taxa máxima de 12% ao ano, pro rata die, podendo a Santos Transporte amortizar ou liquidar o débito final contraído antes do vencimento do prazo avençado, com o proporcional cálculo. Até a data desta divulgação, todas as parcelas foram liquidadas dentro dos prazos acordados.

A mutuária dará como garantia do cumprimento de suas obrigações de pagamento, os ativos em alienação fiduciária relacionados a seguir:

- 12 Caminhões Volvo – ano de fabricação entre 2007 e 2013;
- 1 Caminhão Scania – ano de fabricação 2014; e
- 1 Caminhão Iveco – ano de fabricação 2010.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil, visando cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros.

Segue resumo das apólices vigentes em 30 de setembro de 2021:

Descrição	Valor Segurado	Consolidado	
		Prêmio de Seguro	Vigência
Protection and Indemnity - danos ambientais	5.539.400	8.721	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - danos a carga, objetos fixos e flutuantes	Ilimitado	8.721	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Cobertura a Shipowners Liability (SOL)	27.197	8.721	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Mercosul Line (VSA) TCL	2.502.124	8.721	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Mercosul Line (VSA) DTH	2.502.124	8.721	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Mercosul Line (VSA) FDD	54.394	8.721	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Mercosul Line (VSA) SOL	27.197	8.721	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Time Charter - TCL	1.147.713	8.721	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Time Charter - DTH	1.147.713	8.721	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Time Charter - FDD	54.394	8.721	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Time Charter - Bunker	5.439	8.721	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Time Charter - SOL	27.197	8.721	20/02/2021 a 20/02/2022
Protection and Indemnity - Cobertura para containers	27.197	8.721	20/02/2021 a 20/02/2022
Cyber	15.000	259	13/04/2021 a 13/04/2022
Cobertura de Cascos de máquinas	1.038.585	6.162	07/06/2021 a 07/06/2022
Cobertura de Lucros Cessantes TVV	87.707	685	18/11/2020 a 18/11/2021
Cobertura de Riscos Operacionais	163.182	685	18/11/2020 a 18/11/2021
Responsabilidade civil diretores e gestores	100.000	156	11/09/2021 a 11/09/2022
Cobertura de Responsabilidade Civil	135.985	1.079	18/11/2020 a 18/11/2021
Cobertura de Responsabilidade Civil - Empregador	5.439	1.079	18/11/2020 a 18/11/2021
Cobertura de Responsabilidade Civil - Danos Morais	2.720	1.079	18/11/2020 a 18/11/2021
Cobertura Seguro de Transporte - RCTR-C	6.000	444	31/07/2021 a 31/07/2022
Cobertura Seguro de Transporte - RCF-DC	6.000	354	31/07/2021 a 31/07/2022
Seguro Auto - Ambulância TVV	460	3	24/05/2021 a 24/05/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	12.788	307	24/03/2021 a 24/03/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	10.258	385	30/06/2017 a 30/06/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	4.003	88	17/02/2020 a 17/02/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	3.330	75	18/09/2020 a 18/09/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	3.309	13	22/09/2020 a 22/11/2021
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	2.462	59	24/03/2021 a 24/03/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	2.283	30	27/04/2020 a 27/04/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	2.263	26	09/07/2021 a 09/07/2024
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	1.624	61	29/09/2017 a 29/09/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	1.285	19	31/03/2021 a 31/03/2024
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	1.082	14	27/04/2020 a 27/04/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	1.015	3	15/04/2021 a 11/12/2021
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	936	11	18/08/2021 a 18/08/2024
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	745	21	18/11/2019 a 18/11/2024
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	715	8	03/08/2021 a 03/08/2024
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	617	8	01/10/2020 a 01/10/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	579	13	25/08/2020 a 25/08/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	550	12	18/09/2020 a 18/09/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	538	13	12/06/2019 a 12/06/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	520	10	18/05/2021 a 18/05/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	510	12	28/04/2021 a 28/04/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	467	5	07/11/2021 a 07/11/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	454	10	16/01/2020 a 16/01/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	428	6	08/05/2020 a 08/05/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	399	4	21/02/2021 a 21/02/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	392	5	24/09/2020 a 24/09/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	386	37	22/03/2021 a 22/03/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	326	7	10/07/2020 a 10/07/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	326	4	10/07/2020 a 10/07/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	287	4	02/07/2020 a 02/07/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	278	3	20/05/2020 a 20/05/2022
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	142	2	04/05/2020 a 04/05/2023
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	140	3	19/02/2021 a 19/02/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	132	3	01/06/2021 a 01/06/2026
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	50	1	01/10/2020 a 01/10/2025
Seguro Garantia Judicial e Fiança Locatícia	44	1	15/10/2020 a 15/10/2025

- Sinistros a recuperar

Incidente embarcação Log-In Pantanal

No 1º trimestre de 2021, foi adimplido pela Companhia a obrigação prevista no Termo de Ajuste de Conduta (“TAC”), firmado com o MPF, relacionado com o incidente ambiental com o navio Log-In Pantanal, ocorrido em 2017. A Companhia efetuou o pagamento, à título de indenização, do valor de R\$19.000.

No mesmo período, a Companhia firmou instrumento de conciliação com IBAMA (“Acordo Substitutivo”), também relacionado com o mencionado incidente, e efetuou o pagamento do valor de R\$19.205, como parte de suas obrigações no Acordo Substitutivo.

A Companhia reforça que as despesas relacionadas ao incidente com o navio Log-In Pantanal e todos os seus desdobramentos, incluindo, sem limitação, as despesas incorridas no âmbito do cumprimento da obrigação assumida no TAC e no Acordo Substitutivo, estão abrangidas pela cobertura de P&I - Protection and Indemnity (“Clube de P&I” - Proteção e Indenização). Nesse contexto, os valores já dispendidos pela Companhia foram reembolsados, de forma integral, pelo seu Clube de P&I.

O montante de R\$850 registrado contabilmente em 30 de setembro de 2021 refere-se ao saldo residual de sinistros a recuperar em virtude de celebração acordo substitutivo com IBAMA, decorrentes do acidente com o navio Log-In Pantanal, em Santos - SP, no ano de 2017, conforme informado na nota explicativa nº 15.

Avárias embarcação Log-In Tucunaré

A Log-In e a Hidrovias do Brasil Cabotagem LTDA. (“Hidrovias”) celebraram instrumento particular de acordo de ressarcimento e reparos e outras avenças estabelecendo os termos e condições para a realização de reparos necessários do eixo de manivelas do motor de combustão principal do navio “Tucunaré”, alienado pela Log-In à Hidrovias em 2016, conforme fato relevante publicado em 23 de dezembro de 2016.

Nos termos do referido instrumento de acordo, a Log-In se comprometeu a indenizar a Hidrovias dos custos do reparo de referida embarcação, os quais atingiram o montante de R\$16.676.

A Log-In esclarece que a referida despesa possui cobertura integral do seu seguro de casco e máquinas, e que parte já foi reembolsada pela seguradora no valor de R\$8.250, sendo o saldo residual de R\$8.426 a ser reembolsado sido registrado contabilmente em sinistros a recuperar no 3º trimestre de 2021.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

- **Aprovada a Primeira Emissão de Debêntures da Controlada TVV – Terminal Vila Velha S.A. (“TVV”)**

Em 08 de outubro de 2021, o TVV, Sociedade controlada pela Log-In, aprovou, em sede de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a sua primeira emissão de debêntures. A emissão será composta por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476” e “Debêntures” respectivamente) no valor de R\$240.000 (“1ª Emissão”).

Os recursos obtidos no âmbito da 1ª Emissão deverão ser destinados aos investimentos atrelados à renovação do contrato de arrendamento do TVV.

■ **Fitch Atribui Pela Primeira Vez Rating ‘AA-(bra)’ ao TVV; Perspectiva Estável**

Em 08 de outubro de 2021, a *Fitch Ratings* (“Fitch”) atribuiu, pela primeira vez, *rating* ‘AA- (bra)’ à sua controlada TVV - Terminal de Vila Velha S.A. (“TVV”) e à sua proposta de primeira emissão de debêntures, com garantias reais, no montante total de R\$240 milhões e com vencimento final em 2033. Os recursos da proposta de emissão deverão ser destinados aos investimentos atrelados à renovação do contrato de arrendamento do TVV. A perspectiva do *rating* é Estável.

De acordo com o relatório da Fitch: *“Os ratings do TVV se apoiam em sua consistente geração de caixa operacional e em suas elevadas margens, provenientes da sólida operação portuária da companhia no Espírito Santo.”*.

■ **Assinatura do contrato para arredamento da área nº 5 do porto organizado de Vitória**

A controlada da Companhia, no dia 10 de outubro de 2021, TVV - Terminal de Vila Velha S.A. (“TVV”), assinou o contrato nº 24/2021 SEI 50904.100300/2021-15, em decorrência do êxito no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2020, organizado pela Companhia Docas do Estado do Espírito Santo (“CODESA”), para exploração provisória da área nº 5 do Porto Organizado de Vitória/ES.

O projeto em questão compreende a exploração transitória de uma área de 54.086 m² pelo prazo de 180 dias, onde a controlada TVV movimentará carga geral (veículos), reforçando a sua participação no Porto Organizado de Vitória/ES, e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes.

■ **Aquisição de dois navios porta-contêineres**

Em 13 de outubro de 2021, a Companhia firmou acordo de compra de dois navios porta-contêineres. As novas embarcações serão construídas no estaleiro chinês Zhoushan Changhong International Shipyard Co. e o valor da transação foi US\$42.6 milhões (equivalente a R\$240,4 milhões em 30 de setembro de 2021) para cada embarcação, a serem pagos ao longo dos principais marcos contratuais até as entregas das mesmas.

Os navios contam com capacidade nominal de 3.158 TEUs (*Twenty-foot Equivalent Unit*) cada um e a previsão de entrega é de dezembro de 2023 e maio de 2024, respectivamente. As embarcações possuem, cada uma, comprimento total de 199,98m e boca de 35,2m, sendo a capacidade efetiva projetada de transporte das embarcações de aproximadamente 25% maior do que a capacidade do Log-In Polaris, o navio mais moderno da Companhia, porém com performance similar de consumo de combustível por contar com tecnologia mais atual e eficiente, auxiliando na redução de emissão de poluentes por TEU transportado (informações técnicas das embarcações não revisadas pelos auditores independentes).

A aquisição das novas embarcações é um grande marco do processo de crescimento sustentável e modernização da frota. A futura chegada das novas embarcações está em linha com o planejamento estratégico da Companhia, reiterando os valores de segurança, excelência operacional e cuidado com o meio-ambiente durante a prestação de serviços de logística integrada.

■ **S&P Eleva Rating da Log-In para ‘brA’; Perspectiva Estável**

Em 14 de outubro de 2021, a *Standard & Poor's* (“S&P”) elevou o *rating* nacional de longo prazo da Log-In para ‘brA’. A perspectiva do *rating* é Estável.

De acordo com o relatório da S&P: *“Em nossa visão, a Log-In, nos últimos trimestres, foi capaz de fortalecer sua posição competitiva dentro do mercado de navegação costeira de contêineres, ao mesmo tempo que apresentou melhora em suas margens, em função da reestruturação operacional que tem realizado desde 2018. (...) Em meio à sua trajetória de crescimento, a Log-In tem sido capaz de apresentar melhora de sua geração de caixa, o que combinado ao aumento de capital concluído no final de 2019, fez com que a alavancagem do grupo se reduzisse significativamente. (...) Aumento de capital trouxe colchão de liquidez em meio ao coronavírus. Assim, desde o primeiro trimestre de 2020, a Log-In tem mantido um colchão confortável de liquidez, e esperamos que continue adotando uma gestão prudente de risco.”*.

▪ S&P Atribui Rating 'brA' à 1ª Emissão de Debêntures do TVV - Perspectiva Estável

Em 18 de outubro de 2021, a *Standard & Poor's* ("S&P") atribuiu *rating* de emissor 'brA' à sua controlada TVV e à sua primeira emissão de debêntures, no valor de R\$240 milhões e com vencimento final em 2033. A perspectiva do *rating* é Estável.

De acordo com o relatório da S&P: *"A perspectiva estável do rating de crédito corporativo do TVV reflete nossa expectativa de melhora em sua geração de caixa e eficiência operacional conforme os novos equipamentos entram em operação. A perspectiva reflete também nossa visão de sua importância estratégica para a Log-In."*

29. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Essas informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 10 de novembro de 2021.